

TRABALHO E EMPREGO



Assembléia Legislativa
de São Paulo



SEADE
Fundação Sistema
Estadual de Análise
de Dados



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



Mário Covas

Governador do Estado

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Governador

André Franco Montoro Filho

Secretário de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Executivo

Amaro Angrisano

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

Conselho Fiscal

Caioco Ishiquiriama

Danila Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

O MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1994-98

Em 1998, a força de trabalho no Estado de São Paulo era estimada em 13 milhões de pessoas, sendo que pouco mais de 80% desse contingente estava ocupado. Portanto, 2 milhões e 176 mil pessoas permaneciam desempregadas, a maioria na Região Metropolitana de São Paulo.

Entre 1994 e 1998, a taxa média de desemprego estadual cresceu 21,6%. A expansão é explicada pelo descompasso entre a oferta e a demanda por trabalho: no período, foram geradas 622 mil ocupações, número muito inferior ao de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho (1 milhão e 171 mil). Como decorrência, para retornar ao patamar da taxa de desemprego vigente em 1994, seria necessário criar 387 mil novos postos de trabalho.

Tabela 1
Estimativa da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados e Desempregados
Estado de São Paulo
1994-1998

Ano	População em Idade Ativa				Taxa de Desemprego (%)
	Total	População Economicamente Ativa			(%)
		Total	Ocupados	Desempregados	
	1994	19.584	11.804	10.176	1.627
1998	21.249	12.975	10.799	2.176	16,8
Variação 1994/1998					
Em 1.000 pessoas	1.665	1.171	622	548	
Em porcentagem	8,5	9,9	6,1	33,7	21,6

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

O contingente em desemprego passou também por mudanças expressivas no período. Embora as taxas tenham se ampliado para homens e mulheres, a participação destas se expandiu mais rapidamente, em especial pelo ritmo acentuado de sua entrada no mercado de trabalho, sem a contrapartida nas oportunidades de ocupação.

Aumentou a parcela de pessoas em faixas etárias mais elevadas e de chefes de domicílio em desemprego. Além do mais, devido à mudança no perfil de escolaridade da população, a força de trabalho com maior grau de instrução também encontrou mais dificuldade para obter emprego, ampliando sua parcela no contingente em desemprego.

No Estado, o perfil do contingente de ocupados passou por alterações importantes. O setor Serviços capitaneou a geração de emprego em todas as regiões, reforçando a importância de seu desempenho na expansão do nível de ocupação. Diminuiu a participação do emprego assalariado com carteira em quase todas as regiões e formas mais frágeis de inserção preponderaram entre as novas oportunidades de ocupação. O contingente de ocupados paulistas tornou-se mais feminino, mais velho e mais escolarizado.

O rendimento do trabalho em São Paulo cresceu na maior parte das regiões e para quase todos os segmentos do mercado de trabalho. O crescimento assumiu, no entanto, intensidade bastante diferenciada e afetou apenas marginalmente o grau de desigualdade de renda entre indivíduos e regiões.

Os capítulos seguintes procuram detalhar as condições atuais do mercado de trabalho paulista. Para cada indicador, buscou-se apontar a evolução no período 1994-98 em vários subespaços regionais, destacando, sempre que possível, as especificidades da questão em foco.

Para descrever o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo serão utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Pesquisa domiciliar mensal realizada pela Fundação Seade em parceria com o Dieese, desde 1985 a PED levanta dados sobre os 39 municípios da região.

Como fonte de informações sobre o interior do Estado, será adotada a Pesquisa de Condições de Vida – PCV, levantamento domiciliar realizado pela Fundação Seade em 1994 e 1998. No estudo foram utilizadas as informações obtidas em municípios que, segundo o Censo Demográfico de 1991, tinham população urbana igual ou superior a 80 mil habitantes e pesquisados nos dois anos. Esses municípios estão reunidos em seis agrupamentos urbanos com a seguinte composição:

Central: Bauru, Botucatu, Itapetininga, Itu, Jaú e Sorocaba.

Leste: Americana, Bragança Paulista, Campinas, Indaiatuba, Jundiaí, Limeira, Mogi-Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara d’Oeste e Sumaré.

Litoral: Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Norte: Araraquara, Barretos, Franca, Ribeirão Preto e São Carlos.

Oeste: Araçatuba, Catanduva, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Vale do Paraíba: Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Taubaté.

Nos dois últimos capítulos, os temas mereceram tratamento diferenciado. O penúltimo destaca a evolução do mercado de trabalho na Região do ABC durante os anos 90, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. A análise detalhada se justifica, não só pela importância da área na Região Metropolitana de São Paulo (cerca de 13% da PEA), mas também pelo fato de a região, que já foi paradigma do processo de industrialização brasileiro, estar passando por profundas transformações na estrutura industrial, com impacto significativo no mercado de trabalho e, na ausência de políticas que as contrabalancem, tendência à deterioração nas condições de vida regionais.

O último capítulo resume a evolução do chamado mercado de trabalho formal no Estado de São Paulo, que responde por cerca de metade das inserções produtivas paulistas e se contraiu, no período 1994-98, como resultado do desempenho distinto nas Regiões de Governo do Estado. A análise utiliza informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged e da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, cadastros administrativos produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

População Economicamente Ativa: tendências de crescimento e mudanças no perfil da força de trabalho paulista

A taxa de participação indica a proporção de pessoas em idade ativa, isto é, igual ou superior a 10 anos, inseridas no mercado de trabalho na condição de ocupados ou desempregados. Quando a força de trabalho cresce no mesmo ritmo que a população em idade ativa, a taxa permanece estável. Se houver diferença entre os ritmos de crescimento dessas populações,¹ a taxa de participação se altera, indicando que segmentos específicos da população ativa entraram

1. Uma discussão sobre as taxas de crescimento e as mudanças na estrutura etária da população paulista pode ser encontrada no *Caderno 1 – Cidadão do Século XXI*.

(ou saíram) da força de trabalho com intensidade distinta de seu crescimento demográfico.

No período 1994-98, exceto no agrupamento Leste, a taxa de participação não aumentou em ritmo expressivo; ao contrário, diminuiu no Litoral, Oeste e Vale do Paraíba. Isto significa que o crescimento da força de trabalho paulista não representou uma pressão nova para o comportamento do mercado de trabalho, ou seja, que a demanda por novos postos de trabalho elevou-se em ritmo similar ao da população.

A taxa de ocupação, por sua vez, expressa o dinamismo do processo de geração de postos de trabalho ante a expansão da população ativa. Assim, o descompasso entre o ritmo de crescimento da taxa de participação e da oferta de postos de trabalho determina a expansão ou o declínio do contingente de desempregados.

Comparadas a evolução das taxas de participação e de ocupação no período 1994-98, registram-se diferenças entre as regiões, embora em todas tenha havido aumento do desemprego. A Região Leste distingue-se das demais em razão do elevado crescimento das taxas de participação e de ocupação, esta em intensidade inferior à primeira. Na RMSP e nas regiões Central e Norte, o declínio da taxa de ocupação foi acompanhado pela ampliação da oferta de força de trabalho. Nas demais, a diminuição da taxa de ocupação superou o declínio da participação. Movimentos de redução da taxa de participação, embora possam estar associados a fatores positivos como a maior permanência de crianças e adolescentes na escola, também podem refletir o desestímulo das pessoas na procura por trabalho.

Tabela 2
Taxas de Participação e de Ocupação por Agrupamentos Urbanos
Estado de São Paulo
1998

Taxa	RMSP	Em porcentagem					
		Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Taxa de Participação	61,6	56,9	61,2	55,5	59,7	59,8	56,2
Taxa de Ocupação	50,4	49,5	52,2	45,8	49,8	50,1	45,9

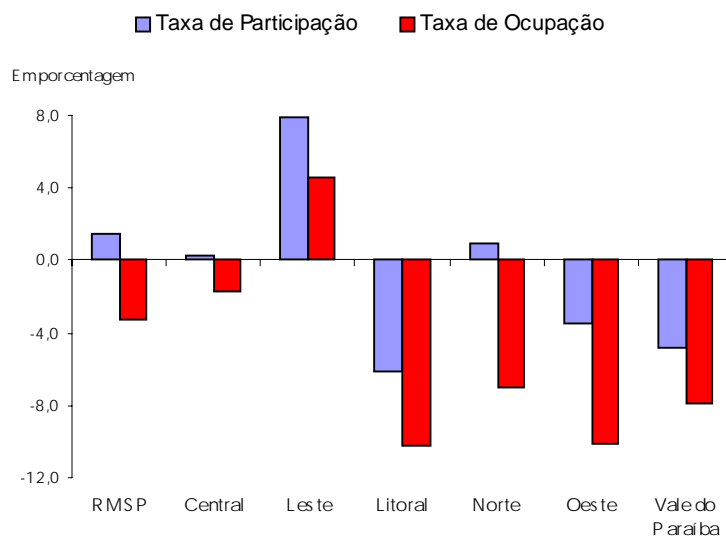
Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A evolução das taxas de participação por faixas etárias foi muito diferenciada entre as regiões do Estado de São Paulo. No agrupamento Leste, houve aumento generalizado dessas taxas. No Litoral e Vale do Paraíba, ao contrário, a tendência foi de declínio para todos os segmentos. Nas demais regiões, o comportamento foi mais diferenciado.

Movimentos por segmentos etários, no entanto, se repetiram nas várias regiões. Para os adolescentes de 15 a 17 anos e os jovens de 18 a 24 anos, a tendência foi de redução de suas taxas de participação, exceto no Leste para ambos e na RMSP para os últimos. Para as duas parcelas, é possível que esse comportamento resulte da combinação de desestímulo ante as condições do mercado de trabalho e de valorização do processo educacional, com retorno a ou permanência mais longa na escola.²

2. A análise da inserção dos jovens no processo educacional está no *Caderno 3 – Educação*.

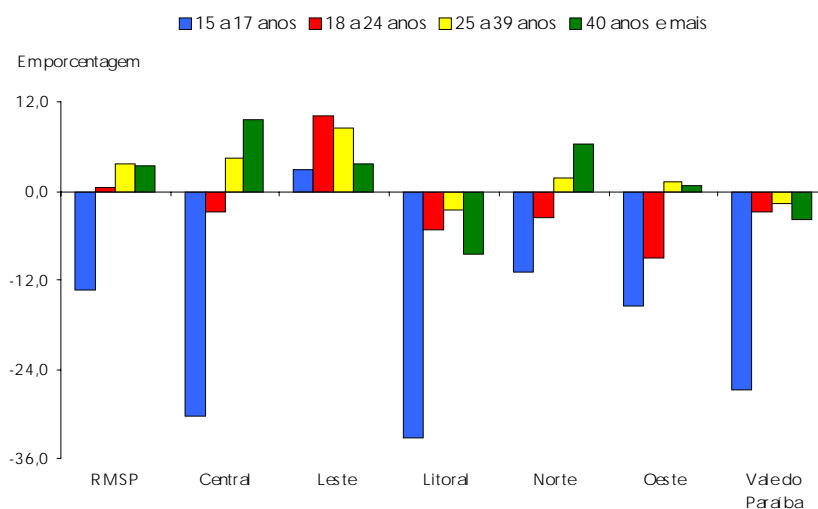
Gráfico 1
Variação das Taxas Globais de Participação e Ocupação
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Na população de 40 anos e mais, a evolução foi inversa: com a exceção do Litoral, houve aumento de sua taxa de participação. O movimento pode estar associado, em parte, à permanência da população no mercado de trabalho, fruto da longevidade e da própria necessidade de geração de renda. Resulta também do aumento da participação de mulheres nesse segmento etário, possivelmente em retorno ao mercado de trabalho.

Gráfico 2
Variação das Taxas de Participação, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Entre 1994 e 1998, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho expandiu-se na maioria das regiões estudadas, exceto no Litoral, contrastando com a dos homens, que apresentou movimento inverso. A ampliação da participação feminina, fenômeno recorrente nos anos 90, decorre, de um lado, de mudanças sociodemográficas na organização das famílias e do próprio papel das mulheres na sociedade;³ de outro, da expansão do emprego em atividades do setor terciário que amplia a possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho; e, finalmente, da tentativa de manutenção e/ou elevação da renda familiar.

Na Região Leste, o aumento da participação feminina foi intenso entre 1994 e 1998, e sua taxa passou do mais baixo patamar entre regiões para um dos maiores. A região foi também a única em que houve elevação da taxa de participação masculina, ainda que em percentual bastante modesto. Nas demais regiões, ocorreu decréscimo da taxa de participação masculina, com mais intensidade no Oeste, Litoral e Vale do Paraíba.

Em todas as regiões, comparadas as taxas de participação de homens e de mulheres, verifica-se que, apesar da expansão, os patamares da última são sempre inferiores aos masculinos. Além do mais, existem diferenças expressivas entre as regiões, registrando-se na RMSP e no Leste as maiores taxas de participação feminina e masculina.

Tabela 3
Taxa de Participação, por Agrupamentos Urbanos, segundo Sexo
Estado de São Paulo
1998

		Em porcentagem					
Sexo	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Homens	73,3	69,6	72,9	66,1	71,0	71,0	69,6
Mulheres	50,8	45,4	50,3	46,2	49,1	49,4	43,7

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

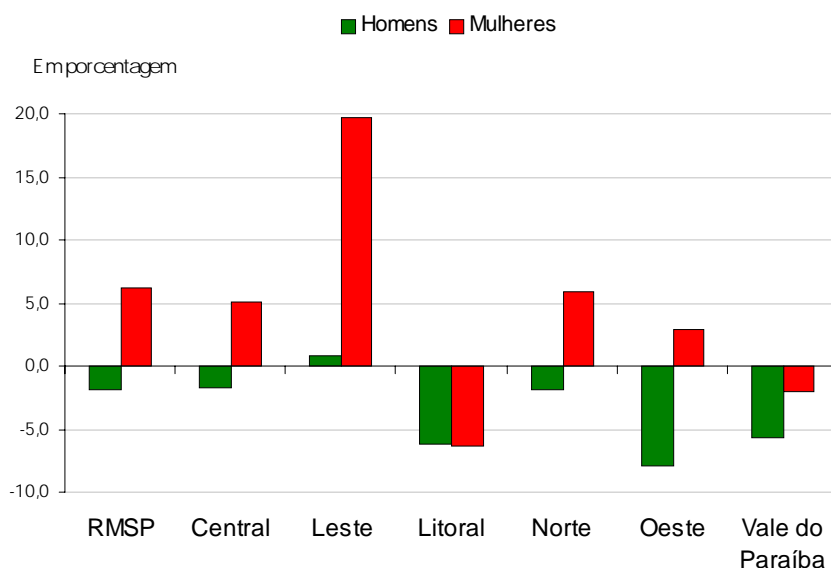
No período em análise, em relação aos níveis de instrução da população, a tendência foi de declínio da taxa de participação para quase todos, exceto na região Leste. Em geral, o movimento foi menos intenso entre as pessoas que haviam concluído pelo menos o Ensino Médio: sua participação permaneceu estável na RMSP, cresceu no Leste e, nas demais regiões, diminuiu menos que os outros segmentos. Situação oposta pôde ser observada entre as pessoas que não haviam concluído o Ensino Fundamental.

Como decorrência, entre 1994 e 1998, em todas as regiões estudadas, diminuiu a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) com Ensino Fundamental incompleto. Ainda que o movimento possa ser explicado, em parte, pelo aumento do nível geral da escolaridade da população,⁴ a evolução negativa das taxas de participação para o segmento indica também o desestímulo à sua permanência no mercado de trabalho.

3. As alterações na forma de organização das famílias, bem como as mudanças no padrão de fecundidade, estão discutidas no *Caderno 1 – Cidadão do Século XXI*.

4. A tendência de elevação do nível de escolaridade da população paulista é discutida no *Caderno 3 – Educação*.

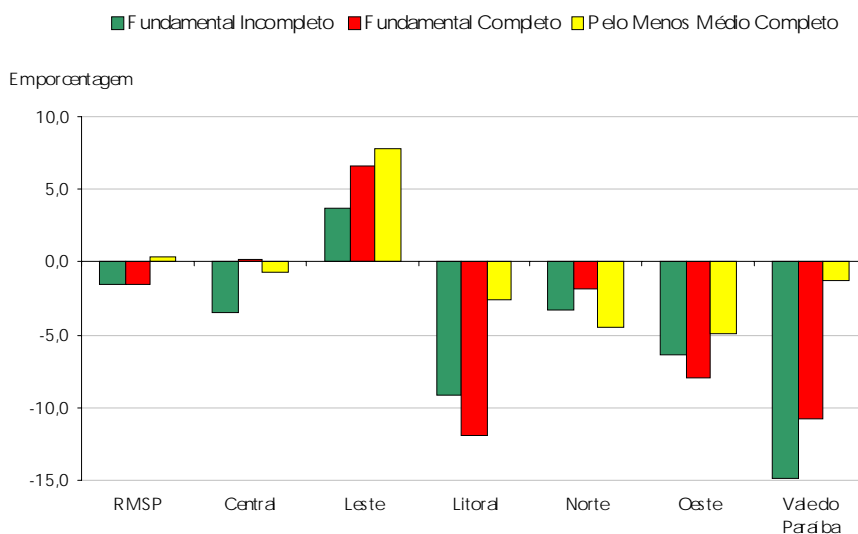
Gráfico 3
Varição das Taxas Globais de Participação, segundo Sexo
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em contrapartida, cresceu na força de trabalho a parcela de pessoas que já haviam concluído o Ensino Médio. Esse crescimento superou o registrado entre aqueles que possuíam o Ensino Fundamental completo. Nas regiões Central e Leste e na RMSP, entretanto, a diferença entre o crescimento da participação de pessoas com pelo menos o Ensino Médio completo e o daquelas com o Ensino Fundamental completo foi menor em comparação ao observado nas demais regiões.

Gráfico 4
Varição nas Taxas de Participação, segundo Nível de Escolaridade
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Evolução do Nível de Ocupação: aumento do peso do setor Serviços e novas formas de inserção

No período 1994-98, exceto no agrupamento Leste, a evolução do nível de ocupação nas regiões do Estado de São Paulo caracterizou-se pela insuficiência em suprir as necessidades de inserção produtiva da população em idade ativa. Simultaneamente a essa debilidade do crescimento e, em algumas regiões, à diminuição do contingente de ocupados, ocorreram importantes alterações no padrão setorial de geração de emprego.⁵

Aspecto comum a todas as regiões foi a redução do peso relativo da indústria no total da ocupação, resultado das mudanças na forma de organização da produção e do processo de trabalho⁶ e, em parte do período em análise, da conjuntura econômica adversa. Em 1998, na maioria das regiões exceto a Oeste, o setor industrial respondia por parcela menor do contingente de ocupados que em 1994. Apesar disso, no último ano, um em cada quatro ocupados nas regiões Leste, Norte e Vale do Paraíba ainda tinha sua inserção produtiva diretamente dependente do desempenho das empresas industriais aí instaladas.

Em paralelo, no período 1994-98, continuou ampliando-se a importância do chamado setor terciário – Comércio e Serviços – na geração de postos de trabalho no Estado.⁷ Em todas as regiões houve aumento da parcela de trabalhadores inserida nos Serviços, fazendo com que pelo menos quatro em cada dez ocupados estivessem, em 1998, trabalhando nesse segmento produtivo. Destaca-se o agrupamento Litoral, onde 56% dos ocupados atuavam nos Serviços.

O comportamento do Comércio foi, regionalmente, mais heterogêneo. Em decorrência da instabilidade econômica e de renda do trabalho e, possivelmente, também da modernização tecnológica, o setor perdeu participação no total de ocupados em quase todas as regiões; em algumas, devido à diminuição absoluta do número de trabalhadores.

A evolução setorial da ocupação implica, entre outros, alguns desafios para a formulação de políticas públicas. O distanciamento entre o desempenho produtivo e o emprego na Indústria reforça a importância de políticas de requalificação, visto que parte expressiva dos trabalhadores industriais que perdem seu posto de trabalho deverá buscar sua nova inserção produtiva em outros setores, com demandas diferenciadas de perfil profissional. A importância crescente das atividades de Serviços na geração de postos de trabalho requer políticas que ampliem as possibilidades de as empresas do segmento sobreviverem às oscilações econômicas e gerarem postos de maior qualidade em termos de estabilidade e remuneração.

Aspecto usualmente ressaltado em análises sobre a evolução recente do mercado de trabalho é a suposta tendência à precarização das relações trabalhistas. Como decorrência do aumento de formas de inserção produtiva que não dispõem do conjunto de direitos associados ao contrato de trabalho formalizado,⁸ o processo apontaria para um perfil de ocupação mais instável, em especial devido à menor capacidade de as empresas gerarem emprego.

5. A análise do emprego rural está contida no *Caderno 10 – Agricultura e Agronegócios*.

6. As características e tendências de transformação da estrutura industrial paulista estão analisadas no *Caderno 11 – Indústria*.

7. Discussão mais detalhada da estrutura ocupacional desses setores produtivos pode ser encontrada no *Caderno 12 - Turismo e Serviços*.

8. Questões associadas aos direitos do trabalho podem ser encontradas no *Caderno 2 – Cidadania*. Os impactos das mudanças nas relações de trabalho sobre a forma de acesso a serviços de saúde estão analisados no *Caderno 4 – Saúde*.

Tabela 4
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado de São Paulo
1994-1998

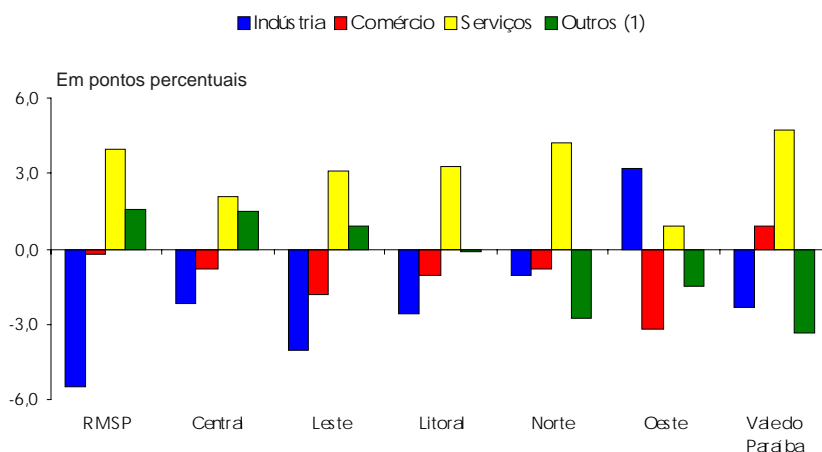
Em porcentagem

Setores de Atividade	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
1994	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	25,3	21,4	28,3	12,6	25,8	15,2	26,0
Comércio	16,9	16,7	16,3	18,1	16,9	20,2	14,9
Serviços	44,8	43,8	40,4	52,3	41,0	45,9	41,6
Outros (1)	13,0	18,1	15,0	17,0	16,3	18,7	17,5
1998	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	19,8	19,2	24,3	10,0	24,7	18,4	23,7
Comércio	16,7	15,9	14,5	17,0	16,1	17,0	15,8
Serviços	48,8	45,9	43,5	55,6	45,2	46,8	46,3
Outros (1)	14,6	19,0	17,6	17,4	14,0	17,9	14,2

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

Gráfico 5
Diferenças na Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

No período 1994-98, o perfil do contingente de ocupados no Estado caracteriza-se em geral pelo aumento da participação das formas mais precárias de inserção produtiva, em especial o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo e o emprego doméstico. Há dois determinantes nesta mudança.

Em primeiro lugar, na maior parte das regiões, exceto no Vale do Paraíba, reduziu-se o assalariamento com carteira assinada no setor privado, forma de inserção que garante o acesso aos direitos trabalhistas. O assalariamento no setor público também perdeu participação no total da ocupação, excetuando-se o agrupamento Norte. Apesar do decréscimo observado, estas duas posições ocupacionais representavam, em 1998, em todas as regiões, exceto a Oeste, a forma de inserção de metade dos ocupados, situação mais favorável que a média brasileira.

Em segundo lugar, o perfil adverso do contingente de ocupados deve-se também ao fato de, no período em questão, a evolução do nível global de ocupação ter estado assentada basicamente no aumento de posições na ocupação mais frágeis. Em todas as regiões, cresceu a proporção de assalariados sem carteira assinada, forma de contratação ilegal que, em 1998, atingia cerca de 14% do total de ocupados nos agrupamentos Leste e Oeste. A parcela de trabalhadores autônomos apresentou evolução menos homogênea, mas expandiu-se na RMSP, no Leste e no Norte, indicando a busca de renda sob formas de inserção não subordinadas.

Significativo é o aumento do emprego doméstico nas regiões mais populosas – a RMSP e o agrupamento Leste. Houve crescimento expressivo da parcela de ocupados com inserção no domicílio do empregador, prestando serviços domésticos. Além de esta forma de inserção ser, em geral, mais mal remunerada que a média dos ocupados, a importância de sua expansão para evitar ainda maior desemprego feminino é indicador adicional do baixo dinamismo das empresas instaladas nessas regiões no processo de gerar postos de trabalho.

Tabela 5
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1998

Em porcentagem

Posição na Ocupação	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado	65,1	64,0	64,4	61,3	64,5	62,4	68,9
Do Setor Privado com Carteira	41,5	36,5	39,8	37,3	37,5	34,1	44,7
Do Setor Privado sem Carteira	12,0	12,7	14,3	11,7	11,6	14,2	11,6
Do Setor Público	8,6	14,5	10,1	12,3	15,2	13,8	12,5
Autônomo	15,4	15,9	15,9	16,5	20,7	17,8	14,8
Empregador (1)	7,8	7,8	8,4	8,2	(6,5)	8,6	(6,1)
Empregado Doméstico	8,4	8,1	8,2	10,0	(6,2)	7,8	(6,6)
Outras	3,3	(4,2)	3,1	(3,9)	(...)	(3,3)	(3,5)

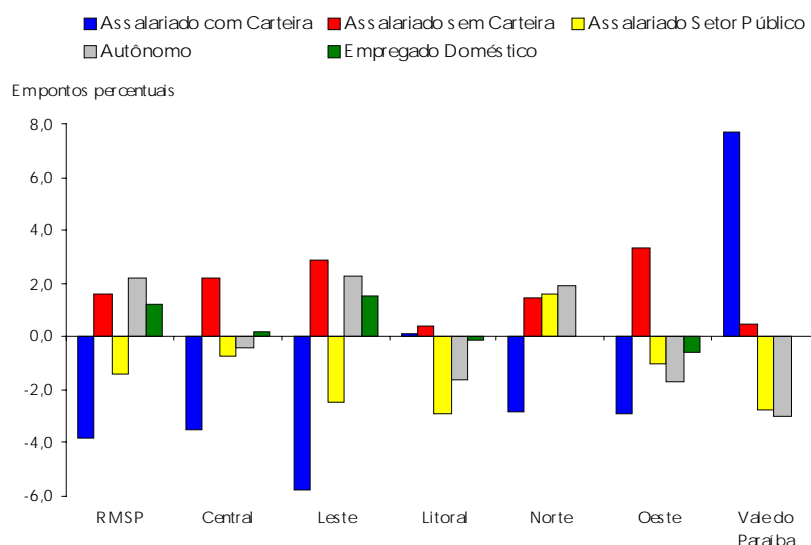
Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Inclusive dono de negócio familiar.

(...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral superior a 30%.

Gráfico 6
Diferenças na Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Traço típico dos mercados de trabalho brasileiro e paulista é a expressiva instabilidade da inserção ocupacional, revelada pelo relativamente curto período médio de permanência dos indivíduos no mesmo posto de trabalho. Ainda que novas tendências produtivas alterem o quadro, ao requerer maior comprometimento entre empresas e trabalhadores, a instabilidade ainda era marcante no Estado de São Paulo em 1998.

Embora tenha decrescido na maior parte das regiões, em 1998, a parcela de ocupados no mesmo posto de trabalho há no máximo seis meses ainda era bastante elevada: cerca de um quinto do total. Considerando-se que, entre 1994 e 1998, o ritmo de criação de postos de trabalho não foi intenso, o percentual indicaria a continuidade da alta rotatividade e instabilidade nas relações de trabalho. A exceção seria o agrupamento Leste, onde o aumento da participação dos segmentos com baixo período de permanência pode estar associado em parte ao processo mais acentuado de ampliação do contingente de ocupados.

Na análise do segmento que possui mais de dois anos no mesmo posto de trabalho, cabem algumas observações. Comparando as várias regiões, o grau de instabilidade é maior na RMSP, diferença que se manteve no período 1994-98. Em quatro regiões houve crescimento da parcela de ocupados mais estáveis, mas não foi um movimento homogêneo, cabendo destaque aos agrupamentos Oeste e Vale do Paraíba, nos quais praticamente não se alterou o tamanho do segmento.

A atual distribuição dos ocupados por tempo de permanência tem algumas implicações. Quanto mais instável a relação de trabalho do indivíduo, mais complexa é a constituição de uma trajetória profissional, com acúmulo de experiência e qualificação capazes de aumentar suas oportunidades de reinserção em caso de desemprego. Em todas as regiões, o fato de pelo menos um terço dos ocupados estar no atual posto de trabalho há no máximo um ano revela que para um segmento expressivo é difícil realizar um processo continuado de educação para o trabalho, como requerem os novos padrões de produção e de organização.

Outro aspecto refere-se ao acesso aos mecanismos de proteção social, em especial o seguro-desemprego. A alta instabilidade, associada ao segmento cada vez menor de assalariados com

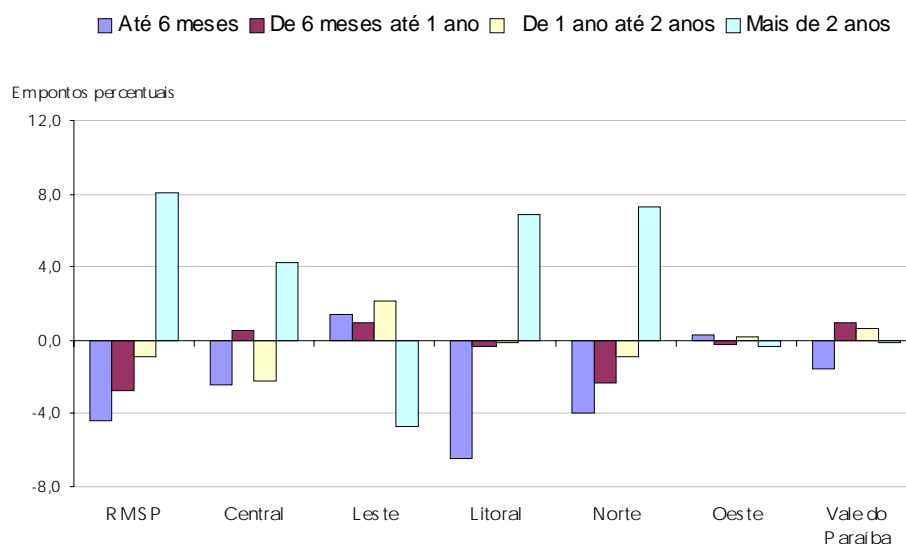
carteira assinada, sugere que parcela crescente de trabalhadores não se habilita a receber o benefício e, em caso de perda do posto de trabalho, não dispõe de fontes alternativas de renda até a obtenção de novo emprego, com impactos negativos importantes sobre as condições de vida do indivíduo e sua família.⁹

Tabela 6
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos, segundo Tempo de Permanência no Trabalho
Estado de São Paulo
1998

Tempo de Permanência no Trabalho	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
		Em porcentagem					
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 6 Meses	23,5	20,4	22,5	18,4	18,6	20,2	20,9
De 6 Meses até 1 Ano	11,5	11,4	11,1	10,6	8,6	9,3	10,5
De 1 Ano até 2 Anos	15,7	10,6	14,4	11,5	12,0	13,0	13,3
Mais de 2 Anos	49,3	57,7	51,9	59,4	60,9	57,5	55,2

Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Gráfico 7
Diferenças na Distribuição dos Ocupados, segundo Tempo de Permanência no Trabalho
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

9. A questão das desigualdades sociais está discutida no *Caderno 2 – Cidadania*.

A posição de cada indivíduo na estrutura hierárquica da empresa expressa o tipo de função exercida, o grau de subordinação e também o patamar de rendimento. Recentemente, devido às mudanças tecnológicas e organizacionais, a estrutura de cargos das empresas vem se alterando. De um lado, a redução das chefias atribui maior responsabilidade para cada indivíduo sobre o processo de produção; de outro, a eliminação de funções em decorrência de novas tecnologias afeta principalmente os trabalhadores ligados à atividade central da empresa.

Comparando a distribuição dos trabalhadores por grupos ocupacionais em cada região, o segundo movimento pode ser percebido em quase todas. No período 1994-98, os ocupados em tarefas de execução, em especial exercendo funções não-qualificadas, tiveram seu espaço na estrutura ocupacional reduzido. A exceção ocorreu no agrupamento Leste, onde a participação dos trabalhadores em tarefas de execução não se alterou.

A maior participação de ocupados em funções de direção, gerência e planejamento na estrutura ocupacional da RMSP, Norte e Vale do Paraíba não deve ser interpretada como negação da tendência à redução dos cargos de chefia por parte das empresas. Isso porque o segmento inclui os indivíduos inseridos em tarefas de organização e planejamento, que ganharam espaço nas novas organizações, em especial como decorrência dos processos de obtenção de certificados de qualidade (normas ISO).

Sobre as ocupações pertencentes ao grupo denominado de apoio, por envolverem fundamentalmente atividades auxiliares à função central das empresas, elas seriam o objeto por excelência dos processos de terceirização e, portanto, tenderiam a diminuir. Exceto no agrupamento Oeste, não ocorreu, no entanto, decréscimo na participação dessas ocupações no total dos ocupados.

Característica relevante do novo padrão de produção é a necessidade de trabalhadores com perfil de qualificação diferenciado, envolvendo maior escolaridade e conhecimentos associados a novas tecnologias. Ante essas exigências, o processo seletivo teria se tornado mais rigoroso, incorporando atributos específicos, além da experiência de trabalho.

Questionados sobre os requisitos exigidos pelo empregador para sua atual função, os assalariados de São Paulo forneceram indicações importantes.¹⁰ Em todas as regiões, cerca de metade dos assalariados identificou pelo menos uma exigência que seria colocada para preenchimento de função similar à sua.

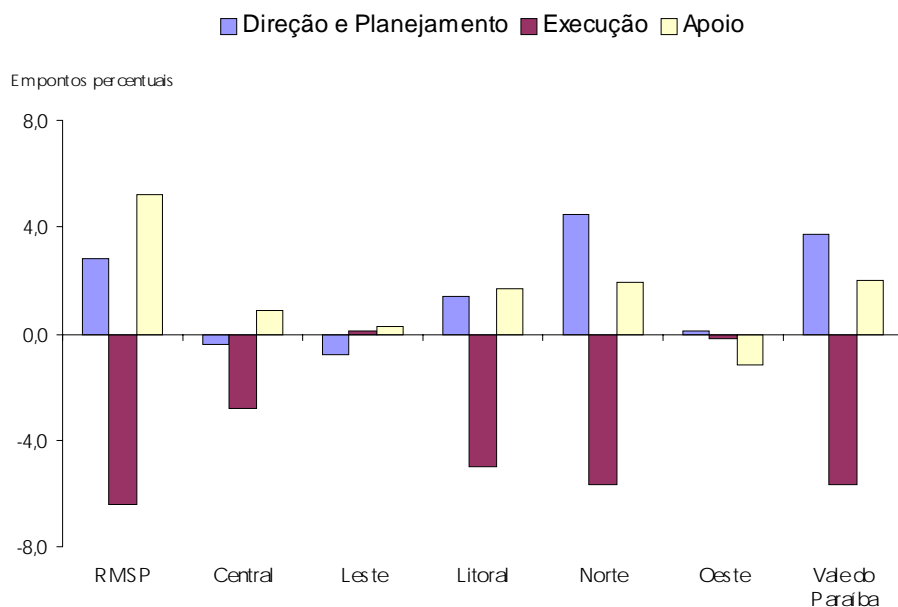
Tabela 7
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Grupos Ocupacionais
Estado de São Paulo
1998

Grupo Ocupacional	RMSP	Agrupamentos Urbanos						Em porcentagem
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Direção, Gerência e Planejamento	16,6	16,0	15,9	15,6	17,4	15,1	15,9	
Execução	52,1	57,5	57,8	52,5	53,9	59,4	56,7	
Apoio	19,2	14,9	15,7	21,3	17,6	15,3	17,2	
Maldefinidas	12,1	11,7	10,7	10,6	11,1	10,2	10,2	

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

10. Questões associadas ao novo perfil profissional demandado pelas empresas estão discutidas no *Caderno 10 – Agricultura e Agronegócios*, *Caderno 11 – Indústria* e *Caderno 13 – Ciência, Tecnologia e Comunicações*.

Gráfico 8
Diferenças na Distribuição dos Ocupados,
segundo Grupos Ocupacionais
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

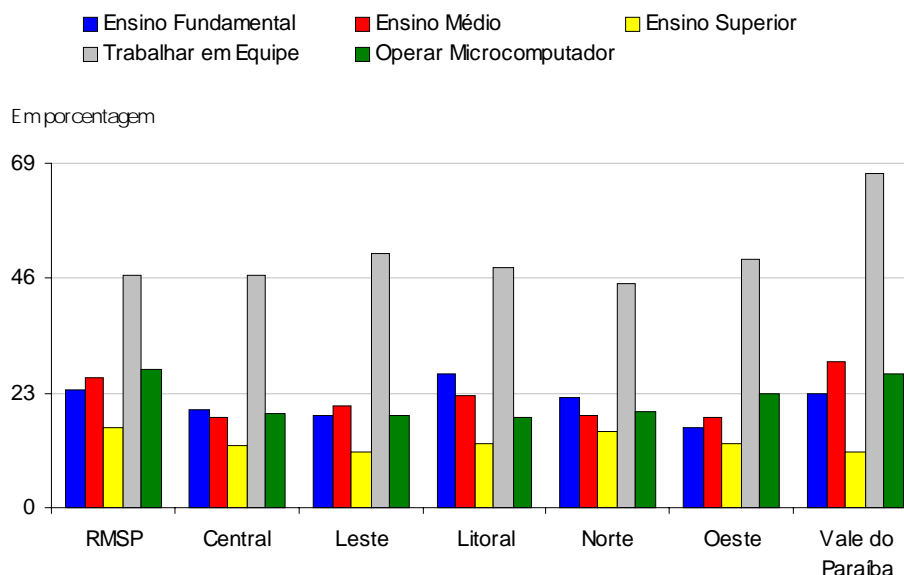
Algum nível de escolaridade completo foi requisito mencionado por percentuais expressivos de assalariados, variando de 47% no agrupamento Oeste, a 66% na RMSP. Já os percentuais por nível de ensino mostram que, para segmentos importantes, a demanda não estaria restrita à conclusão do Ensino Fundamental, envolvendo também graus mais elevados de instrução. Quanto a este aspecto, destacam-se a RMSP e o Vale do Paraíba, onde cerca de 40% dos assalariados afirmaram ser necessário ao menos o Ensino Médio completo para exercer funções similares às suas.

Outra exigência citada por parcela expressiva de assalariados – 45% no agrupamento Norte e 67% no Vale do Paraíba – foi a capacidade de trabalhar em equipe. Esta exigência, associada à nova forma de organização do processo de trabalho, na proporção elevada em que foi mencionada, é indicativa do avanço dos processos de reorganização produtiva.

O uso de microcomputador, típico do novo padrão produtivo, também foi requisito para contratação bastante mencionado. Neste caso, as diferenças entre as regiões mostraram-se significativas: 27% na RMSP e no Vale do Paraíba, mas apenas 18% nos agrupamentos Leste e Litoral.

Embora o grau de escolaridade da força de trabalho paulista venha se elevando, ainda há um segmento expressivo que não concluiu nem mesmo o Ensino Fundamental. Por suas lacunas educacionais, possivelmente enfrentará dificuldades para obter conhecimentos associados às novas tecnologias. As exigências hoje impostas pelos empregadores já são elevadas e, diante do atual perfil da força de trabalho, podem se tornar um fator adicional de exclusão ocupacional. Por essa razão, a melhoria no perfil de qualificação da força de trabalho paulista constitui um dos grandes desafios a ser enfrentado no futuro próximo pelo conjunto da sociedade.

Gráfico 9
Percentual de Assalariados, segundo Requisitos Exigidos pelo Empregador para Contratação para Atual Função
Estado de São Paulo
1998



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Ao longo do período 1994-98, o perfil do contingente de ocupados em cada região do Estado sofreu alterações importantes, pelas mudanças quer no padrão de geração de postos de ocupação, quer no perfil da força de trabalho. Houve aumento da parcela de mulheres, envelhecimento dos ocupados e melhoria do perfil educacional.

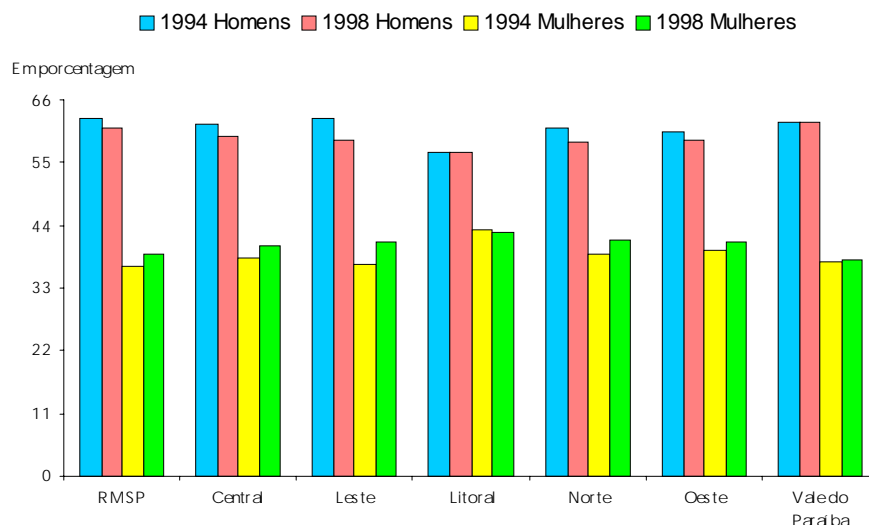
A distribuição dos ocupados em cada região do Estado por sexo mostra, no período em análise, uma tendência à ampliação da parcela de mulheres no total da ocupação. Ainda que se trate de um movimento de longo prazo, nesta década o processo se acelerou, reforçado pelas mudanças no perfil setorial de geração de emprego e pelo acelerado crescimento da oferta de mão-de-obra feminina.

No período 1994-98, registrou-se o aumento da parcela feminina no contingente de ocupados em praticamente todas as regiões, exceto no agrupamento Litoral. Vale ainda destacar, quanto a essa tendência, o agrupamento Leste, que passou de uma das menores para a maior participação das mulheres no total de ocupados.

Outra tendência de alteração no perfil dos ocupados foi o envelhecimento deste contingente. Em 1998, exceto na RMSP, cerca de três quartos do total de ocupados tinham 25 anos ou mais. Além disso, em praticamente todas as regiões, aumentou o percentual de trabalhadores com 40 anos e mais, crescimento que ocorreu em ritmo muito mais intenso que o dessa parcela no total da população.

Quanto aos segmentos mais jovens, de 18 a 24 anos, houve aumento da proporção no total de ocupados em todas as regiões, exceto no Oeste. A ampliação, no entanto, foi menos intensa que o necessário para incorporar a crescente oferta de mão-de-obra no segmento etário, resultando em elevação de suas taxas de desemprego.

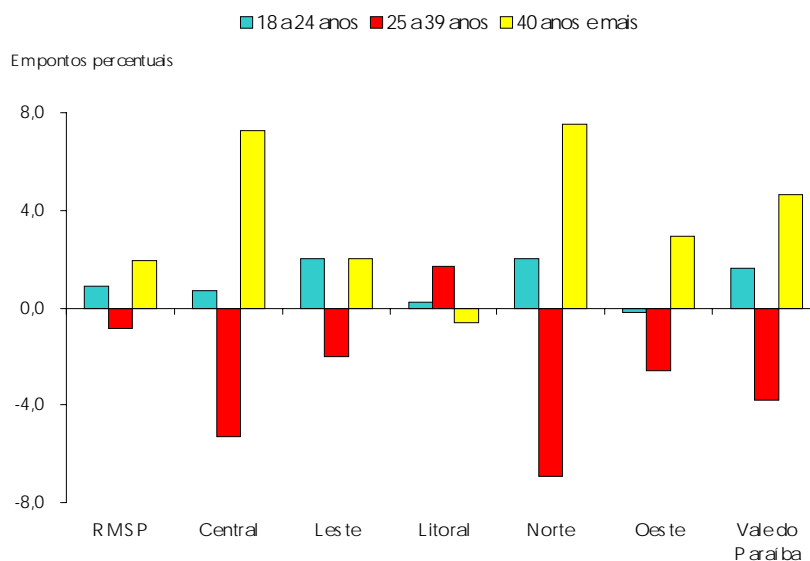
Gráfico 10
Participação de Homens e Mulheres no Total dos Ocupados
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em relação à parcela de 25 a 39 anos, exceto no agrupamento Litoral, seu percentual no total de ocupados diminuiu em todas as regiões. Como o segmento concentra parcela importante de chefes de domicílio, sua menor participação no contingente de ocupados, se entendida como indicador de exclusão ocupacional, pode ser vista também como sinal de deterioração da qualidade de vida das famílias.

Gráfico 11
Diferenças no Perfil Etário do Contingente de Ocupados
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Alteração ainda mais substancial ocorreu no perfil dos ocupados por nível de instrução. No período 1994-98, diminuiu em todo o Estado a parcela de ocupados que não havia concluído o Ensino Fundamental. Como decorrência, no último ano, para as sete regiões do Estado, cerca de 58% dos ocupados já apresentavam pelo menos esse nível de instrução. Comparado ao perfil nos países desenvolvidos, o percentual indica a persistência de contingente expressivo de trabalhadores com baixa escolaridade, mas, em relação ao quadro vigente no Brasil é, com poucas exceções, um dos mais favoráveis.

Houve também aproximação entre os perfis de escolaridade das regiões, quando contrapostos os segmentos que concluíram ou não o Ensino Fundamental. Diferença expressiva era registrada, em 1998, apenas para o Vale do Paraíba, cujo perfil educacional era mais favorável que o das demais regiões, reproduzindo situação já existente em 1994.

Persistiam, contudo, diferenças importantes entre as regiões quanto à proporção de ocupados com pelo menos o Ensino Médio completo; o agrupamento Leste registrou a menor proporção com este nível de instrução (35,5%). Também aqui a proporção de ocupados com essa escolaridade era mais alta no Vale do Paraíba, quadro coerente com as demandas para contratação descritas pelos ocupados na região.

Tabela 8
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos, segundo Nível de Instrução
Estado de São Paulo
1998

Nível de Instrução	RMS	Em porcentagem					
		Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fundamental Incompleto (1)	43,0	42,8	43,3	40,5	40,7	43,3	36,5
Fundamental Completo (2)	19,5	19,9	21,2	18,7	18,9	17,0	22,7
Pelo Menos Médio Completo	37,5	37,3	35,5	40,8	40,3	39,7	40,8

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

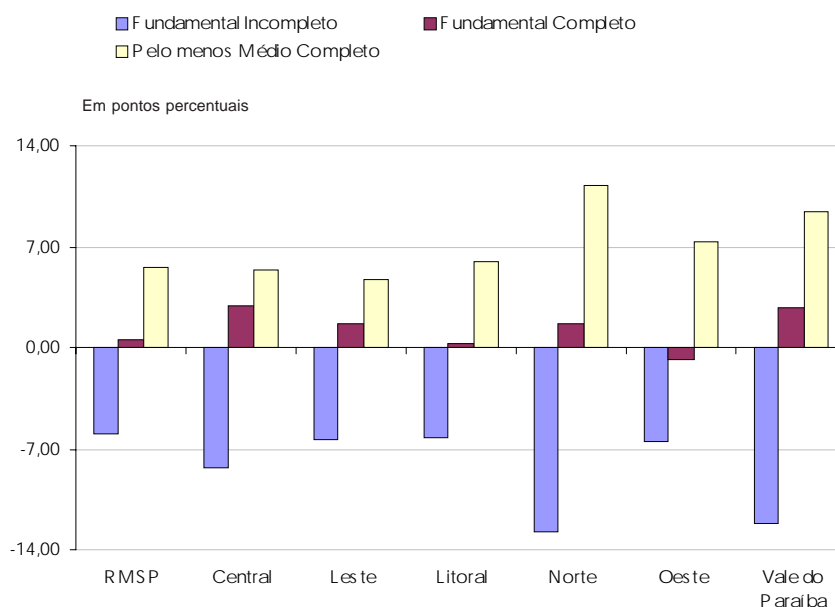
(1) Inclusive os analfabetos.

(2) Inclusive Médio Incompleto.

A qualidade da inserção produtiva de um indivíduo depende de uma série de variáveis, algumas associadas a seu perfil individual, outras ao desempenho da economia e do mercado de trabalho. De forma sintética, esse conjunto diversificado de elementos pode se expressar por meio de duas características:

- o *tempo de permanência* no mesmo posto de trabalho, que reflete a estabilidade da inserção, dependente da possibilidade de o indivíduo ser fácil e rapidamente substituído ou de o posto ser afetado pelas oscilações conjunturais do nível de ocupação;
- o valor do *rendimento do trabalho*, que denota a posição do indivíduo na estrutura de cargos e salários e depende também da qualificação do trabalhador.

Gráfico 12
Diferenças no Perfil de Instrução do Contingente de Ocupados
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Combinadas as duas características, pode-se construir um indicador de qualidade da inserção que sintetize o impacto do conjunto de mudanças anteriormente analisadas sobre a situação dos indivíduos no mercado de trabalho e suas diferenças regionais. Como medida de estabilidade, o parâmetro foi a permanência no mesmo posto por período igual ou superior a 12 meses, corte temporal que torna viável o acesso a alguns benefícios do trabalho; férias, por exemplo. Como referência para a remuneração do trabalho foi considerada a relação com a renda mediana (valor máximo recebido pela metade da população ocupada) em cada região.

Na maior parte das regiões, a situação mais adequada – rendimento superior à mediana e tempo de permanência igual ou maior que 12 meses – cresceu no período 1994-98. As exceções ocorreram nos agrupamentos Leste e Vale do Paraíba, embora sinalizem processos distintos. No caso da primeira região, como houve aumento da ocupação, o resultado é o esperado; no caso da segunda, indica, ao contrário, a deterioração das condições do mercado de trabalho regional.

Comparativamente, a RMSp aparece, nos dois anos, com a menor proporção de ocupados com rendimento superior à mediana e tempo de permanência igual ou maior que 12 meses. Além do mais, na região se encontrava a maior proporção de ocupados com baixa qualidade de inserção, definida pelo rendimento inferior à mediana e tempo de permanência menor que 12 meses.

Em todas as regiões, há forte associação entre a permanência por período mais longo na ocupação e o patamar de rendimentos. Em todos os agrupamentos urbanos, é mais comum a situação de maior estabilidade e baixo rendimento que a de pouco tempo no emprego e rendimento superior à mediana, mostrando que políticas que incentivem os fatores que diminuem a rotatividade dos trabalhadores podem ter importantes efeitos sobre a qualidade da inserção produtiva.

Tabela 9
Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Qualidade da Ocupação
Estado de São Paulo
1998

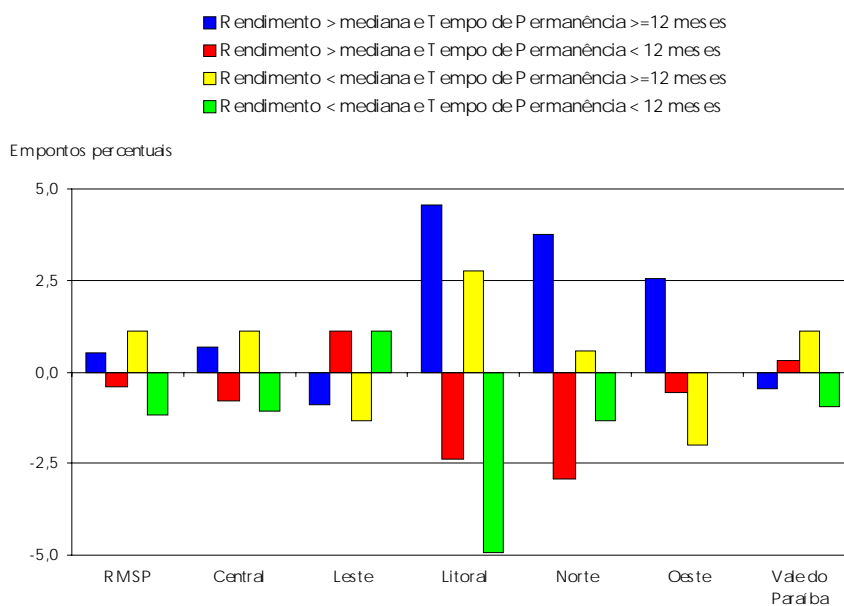
Em porcentagem

Indicador de Qualidade da Ocupação	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento > Mediana e Tempo de Permanência >= 12 Meses	41,6	42,9	42,0	45,9	45,1	45,7	43,1
Rendimento > Mediana e Tempo de Permanência < 12 Meses	8,6	7,1	8,1	(6,3)	(5,8)	(6,4)	(6,9)
Rendimento < Mediana e Tempo de Permanência >= 12 Meses	27,4	30,5	29,5	31,3	31,6	30,3	30,5
Rendimento < Mediana e Tempo de Permanência < 12 Meses	22,4	19,4	20,3	16,4	17,5	17,6	19,5

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nota: Os valores entre parênteses estão sujeitos a erro amostral superior a 30%.

Gráfico 13
Diferenças no Perfil de Qualidade da Ocupação
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Evolução dos Rendimentos do Trabalho no Estado de São Paulo: a recomposição no período pós-Real

Se, na primeira metade da década de 90, devido à intensa recessão e às altas taxas de inflação, os rendimentos do trabalho sofreram forte declínio, a partir de 1994 a tendência se inverteu. Em quase todo o Estado, houve aumento real do rendimento do trabalho entre 1994 e 1998.

A ampliação do valor real dos rendimentos ocorreu, no entanto, em percentuais bastante diferenciados. Enquanto no agrupamento Central o rendimento médio cresceu 6,6%, no Litoral a elevação do patamar correspondeu a 26,4%.

A exceção foi registrada no agrupamento Leste, onde o rendimento médio do trabalho decresceu 3,3% entre 1994 e 1998. Como nesta região o desempenho do nível de ocupação foi o mais favorável, é possível que o resultado se deva ao fato de os novos postos, na maioria, se situarem na base da estrutura salarial, porque predominantemente de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores autônomos.

Apesar de os rendimentos se comportarem de forma semelhante na maioria das regiões, persistiram diferenças importantes no patamar médio de rendimento pago em cada uma. Em 1998, os ocupados da RMSP recebiam em média remuneração superior à dos residentes nas demais regiões. Nos dois anos, os ocupados do agrupamento Oeste obtinham os menores rendimentos médios do trabalho.

Tomando a remuneração média do trabalho na RMSP como referência, verifica-se que no período 1994-98, exceto para os ocupados nos agrupamentos Central e Leste, as diferenças diminuíram. No caso da última região, cujos ocupados recebiam, em 1994, o segundo maior rendimento, a redução ocorrida fez com que, em 1998, o valor real se tornasse inferior também ao obtido no Litoral e no Vale do Paraíba.

Tabela 10
Evolução do Rendimento Real Médio do Trabalho, por Agrupamentos Urbanos
Estado de São Paulo
1994-1998

Período	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Em reais de outubro de 1999					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
1994	834	692	807	689	655	596	694
1998	907	738	780	871	719	683	831
Varição 94-98 (%)	8,8	6,6	-3,3	26,4	9,8	14,6	19,7

Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A evolução dos rendimentos de assalariados e autônomos reproduz a tendência geral de crescimento da remuneração do trabalho no período 1994-98, exceto no agrupamento Leste. A intensidade do movimento foi, contudo, muito distinta entre as regiões e não alterou a relação de superioridade dos salários frente aos rendimentos dos autônomos.

Exceto no Leste, os assalariados obtiveram aumentos reais de rendimentos, que variaram

entre 30% no agrupamento Norte e 5% no Oeste. Apesar do comportamento comum, as variações no valor real dos salários alteraram a relação entre as regiões: a RMSP continua sendo o local onde os salários médios são mais elevados, mas a disparidade entre os rendimentos diminuiu sensivelmente no período. Além do mais, devido à redução no salário real médio no Leste, ele se tornou inferior ao pago em várias regiões.

A evolução do rendimento dos trabalhadores autônomos foi menos homogênea. Seu valor real diminuiu nos agrupamentos Leste e Norte e aumentou nas demais regiões. Como os patamares de rendimento nos dois agrupamentos eram os mais elevados em 1994, também para os autônomos houve diminuição da diferença entre regiões. No caso, chama atenção principalmente a mudança na situação dos autônomos que trabalham no agrupamento Norte: em 1994, eles tinham um dos maiores rendimentos médios e, em 1998, obtinham a mais baixa remuneração no Estado.

Apesar de, em algumas regiões, o comportamento dos rendimentos de assalariados e autônomos ter sido diferenciado ou de estes terem obtido aumentos expressivos no valor real de suas remunerações, em 1998 os assalariados persistiam obtendo rendimentos mais altos. No período recente, ante o ritmo relativamente baixo de geração de empregos, o trabalho autônomo vem sendo colocado como alternativa ao desemprego. É importante lembrar, porém, que o rendimento dos autônomos depende da capacidade de vender seus serviços, que oscila conforme a conjuntura econômica, e que, na maioria das vezes, esse tipo de inserção envolve tarefas menos qualificadas. Como decorrência, a transição entre o assalariamento e o trabalho autônomo envolve, muitas vezes, redução da disponibilidade de renda, além da diminuição dos benefícios do trabalho assalariado.

Tabela 11
Rendimento Real Médio do Trabalho, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1998

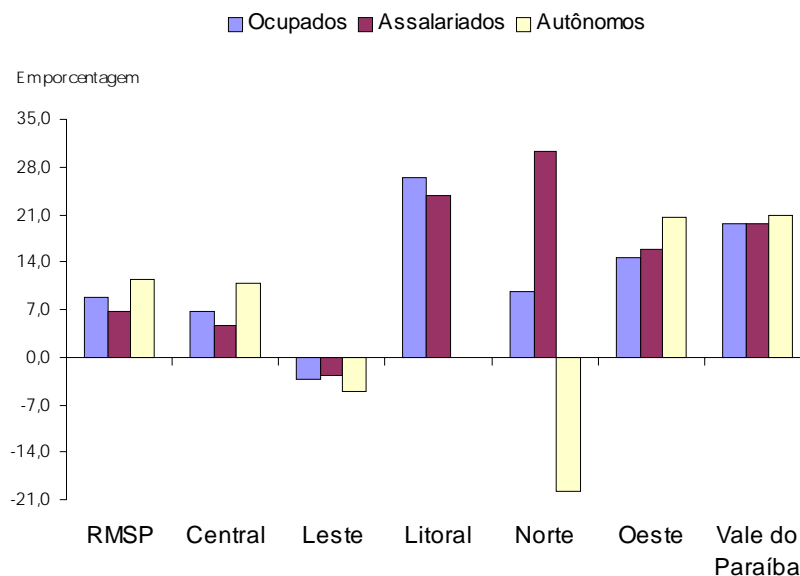
Em reais de outubro de 1999

Posição na Ocupação	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Assalariados	906	710	749	850	747	676	870
Autônomos	714	639	771	723	587	594	623

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Outro fator que justifica a evolução diferenciada dos rendimentos do trabalho no Estado é o comportamento deste indicador por setor de atividade. Em todas as regiões, o rendimento pago aos trabalhadores nos Serviços apresentou maior crescimento e, como o setor é o principal gerador de postos de trabalho, pode-se atribuir principalmente ao seu desempenho a elevação da média de remuneração no Estado no período 1994-98.

Gráfico 14
Variação do Rendimento Real Médio do Trabalho por Posição na Ocupação
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Os trabalhadores industriais tiveram aumento de rendimentos em todas as regiões, exceto nos agrupamentos Central e Leste. Nestes, a expressiva redução da remuneração média paga na Indústria, junto com idêntico movimento no Comércio, foi o fator determinante do declínio do rendimento do trabalho na região.

Nos dois anos em questão, o diferencial de rendimento industrial entre as regiões manteve-se expressivo. Em 1998, os trabalhadores industriais do Vale do Paraíba obtinham a maior remuneração média, seguidos pelos que residiam na RMSP. No outro extremo, estavam os trabalhadores industriais residentes nas regiões Norte e Oeste, cujos rendimentos equivaliam a cerca de 60% dos recebidos no Vale do Paraíba.

Em todas as regiões com dados disponíveis, os ocupados no Comércio obtinham o menor rendimento médio. Enquanto no Leste a remuneração média paga no setor diminuiu, nos agrupamentos Central e Oeste sua evolução foi favorável. A RMSP continuou sendo a região em que os comerciários recebiam o rendimento médio mais elevado.

O rendimento real médio nos Serviços teve aumento real superior a 10% em todas as regiões. Em 1998, exceto no Vale do Paraíba, seus ocupados foram mais bem remunerados, em termos médios, que os da Indústria. No período em análise, pouco se alterou a hierarquia entre as regiões, visto que os ocupados nos Serviços na RMSP continuaram recebendo, em 1998, as remunerações mais elevadas e os residentes no Oeste e no Vale do Paraíba, as menores.

Tabela 12
Rendimento Real Médio do Trabalho, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Setor de Atividade
Estado de São Paulo
1998

Em reais de outubro de 1999

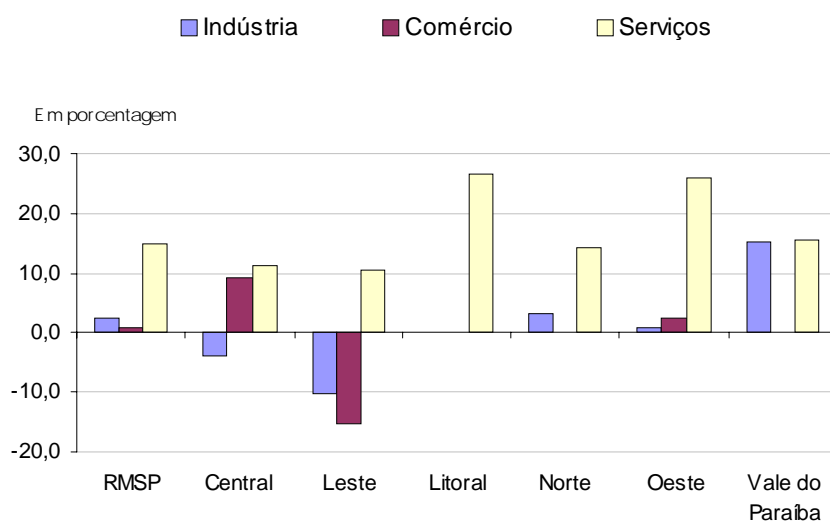
Setor de Atividade	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Indústria	1.018	765	863	(...)	607	626	1.110
Comércio	745	716	676	718	(...)	601	673
Serviços	1.046	869	950	996	897	858	848
Outros (1)	489	416	355	497	(...)	364	507

Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

Gráfico 15
Variação do Rendimento Real Médio do Trabalho, por Setor de Atividade
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em todo o Estado, o rendimento médio dos ocupados cresce, como esperado, com o nível de escolaridade. Ocupados que concluíram pelo menos o Ensino Médio ganhavam, em 1998, cerca de duas vezes mais que aqueles que haviam concluído apenas o Ensino Fundamental e quase três vezes mais que os trabalhadores que não completaram este grau de instrução.

No período 1994-98, a evolução desses rendimentos foi bastante diferenciada. Exceto no Leste e no Norte, aumentou o patamar de remuneração dos ocupados com instrução inferior ao Ensino Fundamental. Para os que concluíram apenas o Ensino Fundamental, a tendência, ao contrário, foi de retração do rendimento médio, excetuados os agrupamentos Central e Vale do Paraíba. Quanto aos trabalhadores com pelo menos o Ensino Médio, sua remuneração real diminuiu apenas nas regiões Central e Leste.

Nas sete regiões, a diferenciação dos rendimentos ocorre, de forma mais intensa, a partir da conclusão do Ensino Médio. Em 1998, um ocupado com o Ensino Fundamental completo recebia, em média, cerca de um quarto a mais que outro que não completara esse nível de escolaridade, exceto nas regiões Norte e Oeste, nas quais a diferença decrescia para 2% e 9%, respectivamente. Já a remuneração dos ocupados com o Ensino Médio era, de modo geral, cerca de duas vezes maior que a recebida por aqueles que haviam concluído somente o Ensino Fundamental.

Comparados os patamares de rendimento entre regiões, verifica-se que os ocupados que haviam concluído pelo menos o Ensino Médio recebiam, na RMSP, remuneração média superior à de todos os demais agrupamentos urbanos. No caso dos ocupados com níveis de instrução inferiores, em 1998, os residentes no Litoral obtinham rendas mais elevadas que os das demais regiões.

Tabela 13
Rendimento Real Médio do Trabalho, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Nível de Instrução
Estado de São Paulo
1998

Em reais de outubro de 1999

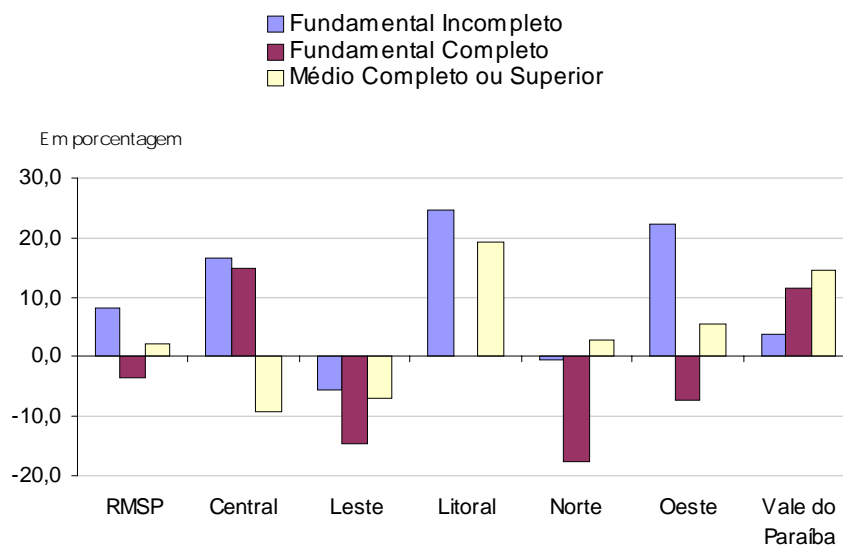
Nível de Instrução	RMSP	Agrupamentos Urbanos					Vale do Paraíba
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	
Fundamental Incompleto (1)	493	467	456	527	440	437	488
Fundamental Completo (2)	641	584	562	727	448	477	646
Médio Completo ou Superior	1.563	1.164	1.351	1.333	1.167	1.078	1.292

Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(...) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

Gráfico 16
Varição do Rendimento Real Médio do Trabalho, por Nível de Instrução
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Entre 1994 e 1998, em todas as regiões, o rendimento máximo dos 10% mais pobres entre os ocupados teve evolução mais favorável que o dos demais segmentos. O aumento registrado foi sempre superior a 30%, destacando-se a elevação observada nos agrupamentos Litoral (56%) e Vale do Paraíba (62%).

No extremo oposto da estrutura de rendimentos, o comportamento destes foi diferenciado. Além da diminuição do piso de remuneração dos 10% mais ricos nos agrupamentos Central e Leste, nas outras regiões o crescimento foi quase sempre inferior ao verificado para os demais segmentos de renda.

Apesar de ter crescido muito mais, o rendimento máximo dos 10% mais pobres permanece muito inferior ao mínimo recebido pelos 10% mais ricos. Entre as regiões, o último segmento recebia remuneração cerca de dez a 12 vezes superior ao máximo rendimento obtido pelos 10% mais pobres, mostrando que a desigualdade permanece extremamente forte. Além disso, o patamar de rendimento dos 10% mais pobres continua muito baixo em todas as regiões, pouco superior a um salário mínimo.

Na comparação, a RMSP e o Litoral se destacam como os espaços em que praticamente todos os segmentos de ocupados recebem os maiores rendimentos. Além do mais, as diferenças entre as regiões são sempre mais expressivas no extremo superior da estrutura de rendimentos.

Tabela 14
Rendimento Real Médio do Trabalho, por Agrupamentos Urbanos,
segundo Grupos de Renda
Estado de São Paulo
1998

Em reais de outubro de 1999

Grupos de Renda	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Rendimento Máximo 10% Mais Pobres	172	150	161	170	151	150	139
Rendimento Máximo 50% Mais Pobres	529	469	482	531	429	425	535
Rendimento Mínimo 10% Mais Ricos	2.116	1.609	1.609	2.125	1.596	1.562	1.717

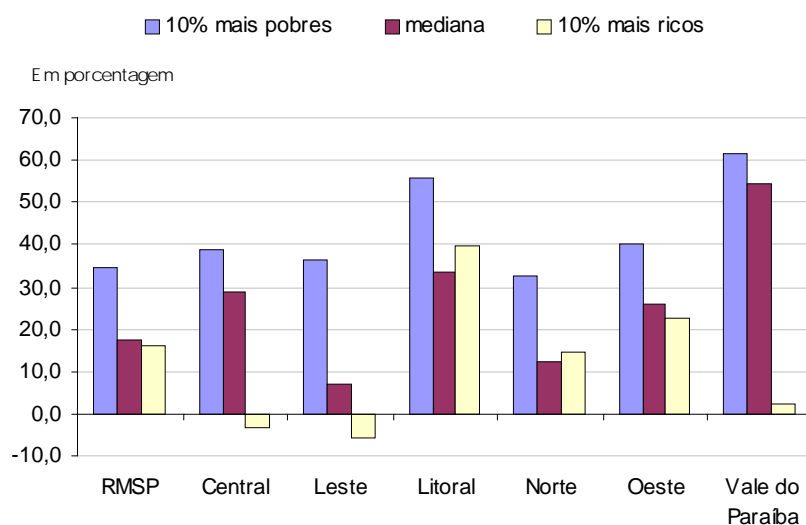
Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

O comportamento mais favorável dos rendimentos no extremo inferior da estrutura de rendimentos, no período 1994-98, resultou em ligeira melhoria na distribuição da renda do trabalho no Estado. A parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres aumentou em todos os agrupamentos urbanos, em especial nas regiões Central e Oeste.

Embora essa evolução tenha tornado a distribuição de renda menos desigual, o grau de concentração persiste muito alto. No extremo superior da estrutura de rendimentos, 20% se apropriavam de mais da metade da massa de rendimentos do trabalho gerada em todas as regiões, destacando-se a RMSP, onde o segmento de maior renda recebia 60% do total da renda regional.

A desigualdade na apropriação da massa de rendimentos aponta para dois problemas. De um lado, parte substancial do contingente de trabalhadores obtém rendimentos muito baixos, na

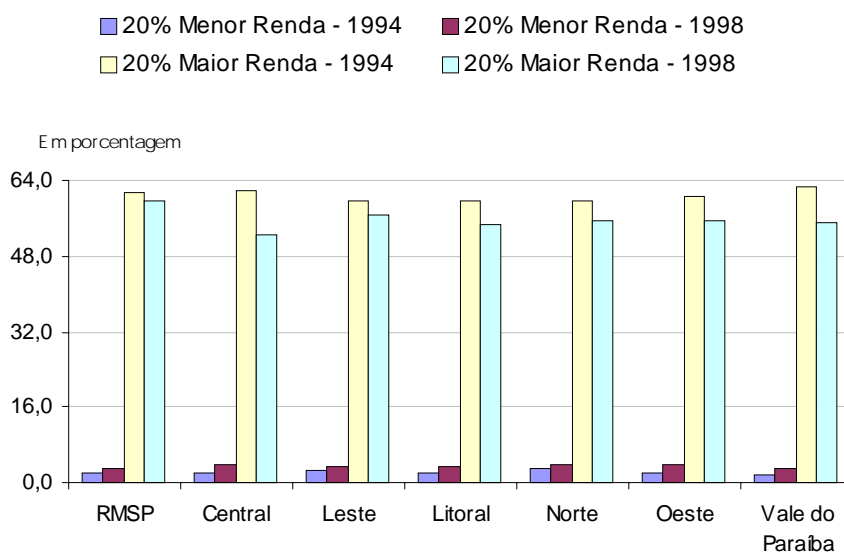
Gráfico 17
Variação do Rendimento Real Médio do Trabalho, por Grupos de Renda
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

maioria insuficientes para garantir acesso adequado a bens e serviços; isso torna o mercado consumidor menor que o esperado a partir do tamanho da população e diminui os efeitos multiplicadores do consumo doméstico sobre a dinâmica econômica. De outro, o segmento, por seus baixos rendimentos, torna-se fortemente dependente da prestação de serviços públicos, em algumas situações demandando subsídios nos preços ou gratuidade para ter acesso a eles.¹¹

Gráfico 18
Participação na Massa de Rendimentos dos Decis de Renda
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

11. A discussão sobre desigualdade social pode ser encontrada no *Caderno 2 – Cidadania*.

Desemprego: expansão generalizada e mudança na composição do contingente em desemprego¹²

No período 1994-98, a taxa de desemprego total aumentou em todas as regiões de São Paulo, como resultado do descompasso entre o crescimento da PEA e o ritmo de geração de ocupações. A intensidade do movimento foi diferenciada nas várias regiões, mostrando-se especialmente acentuada no Norte e no Oeste.

Como decorrência, em 1998, a taxa de desemprego situava-se em patamares elevados em todo o Estado, destacando-se a RMSP (18,2%) e o Vale do Paraíba (18,4%). Na RMSP, embora esse indicador tenha crescido com menor intensidade, dado o tamanho de seu mercado de trabalho, o comportamento resultou em expansão acentuada do número absoluto de desempregados quando comparada às demais regiões do Estado.

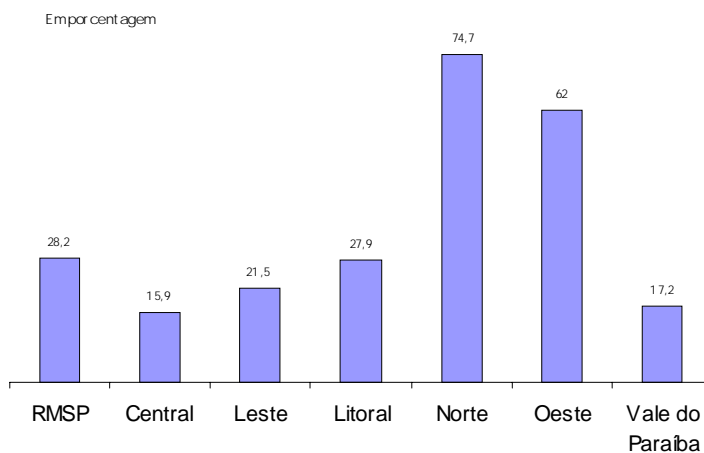
Tabela 15
Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Agrupamentos Urbanos, segundo Período
Estado de São Paulo
1994-1998

Em porcentagem

Período	RMSP	Agrupamentos Urbanos					Vale do Paraíba
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	
1994	14,2	11,3	12,1	13,6	9,5	10,0	15,7
1998	18,2	13,1	14,7	17,4	16,6	16,2	18,4

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Gráfico 19
Variação da Taxa de Desemprego Total
Estado de São Paulo
1994-98



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

12. Neste capítulo, a maior parte das informações procurará distinguir a situação da RMSP e do interior do Estado. Não será utilizada a desagregação deste espaço em agrupamentos urbanos, como nos capítulos precedentes, por restrições amostrais da fonte de informações.

Entre 1994 e 1998, na maioria das regiões, a taxa de desemprego cresceu para homens e mulheres em ritmo mais intenso para o último segmento. As exceções ocorreram no Litoral e no Norte, onde a taxa de desemprego masculina apresentou maior expansão.

Em consequência ao desempenho mais adverso das taxas de desemprego feminino, reforçou-se a tendência de as mulheres apresentarem taxas mais elevadas que as dos homens, como reflexo de sua maior dificuldade de obter inserção ocupacional. Na maioria das regiões, o diferencial de desemprego se ampliou entre 1994 e 1998.

Outro resultado do comportamento das taxas de desemprego por sexo foi o aumento da proporção de mulheres no conjunto de desempregados no Estado de São Paulo. No entanto, esse movimento foi mais intenso no interior do que na RMSP. Em várias regiões, inverteram-se as proporções, com as mulheres passando a representar mais da metade do total de desempregados.

O crescimento da participação feminina no contingente em desemprego reflete, além do baixo ritmo de geração de postos de trabalho, a intensificação de sua entrada no mercado trabalho, movimento registrado durante toda a década de 90.

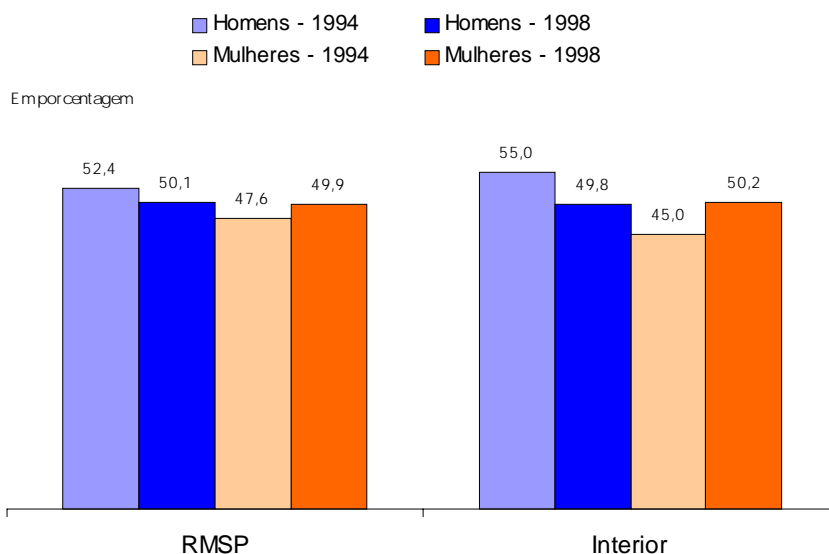
Tabela 16
Taxa de Desemprego Total, por Agrupamentos Urbanos, segundo Sexo
Estado de São Paulo
1998

Em porcentagem

Sexo	RMSP	Agrupamentos Urbanos					
		Central	Leste	Litoral	Norte	Oeste	Vale do Paraíba
Homens	16,1	11,2	12,6	15,7	14,9	13,7	15,4
Mulheres	21,1	15,8	17,6	19,6	18,9	19,7	22,7

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Gráfico 20
Distribuição dos Desempregados, segundo Sexo
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

No período 1994-98, a taxa de desemprego cresceu para todos os segmentos etários na RMSP e no interior do Estado. Na primeira região, a variação do desemprego mostrou-se mais intensa com a elevação das faixas etárias, indicando tanto a necessidade de os segmentos adultos persistirem procurando trabalho, quanto a saída das pessoas de 10 a 17 anos da força de trabalho. No interior, o aumento do desemprego foi acentuado para todos os segmentos, em especial aqueles acima de 25 anos.

Como consequência do comportamento das taxas de desemprego, expandiu-se a proporção de pessoas com 40 anos e mais no conjunto de desempregados. A RMSP e o interior do Estado apresentaram comportamentos semelhantes, embora no último caso o movimento tenha sido ligeiramente mais intenso.

O grupo formado por crianças e adolescentes, com idades entre 10 e 17 anos, perdeu participação no contingente de desempregados, o que deve estar associado à menor participação de pessoas nessa faixa etária no mercado de trabalho.

As parcelas intermediárias (pessoas entre 18 e 24 anos e de 25 a 39 anos) mantiveram suas participações relativamente estabilizadas no contingente de desempregados na RMSP. No interior, o primeiro grupo apresentou ligeiro declínio no total de desempregados, devido ao menor ritmo de expansão de sua taxa de desemprego no período em análise.

Tabela 17
Taxa de Desemprego Total, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1998

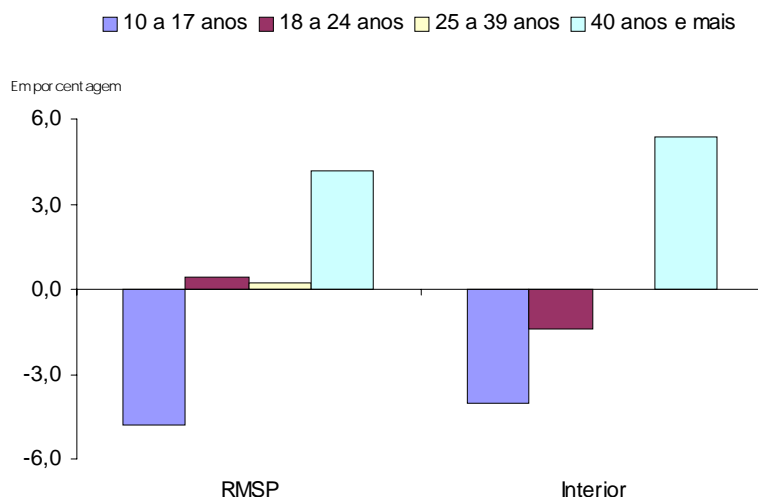
Faixa Etária	Em porcentagem	
	RMSP	Interior
10 a 14 Anos	49,1	52,2
15 a 17 Anos	46,7	39,0
18 a 24 Anos	25,7	21,5
25 a 39 Anos	14,6	12,0
40 Anos e Mais	10,8	9,8

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

As taxas de desemprego cresceram, entre 1994 e 1998, na RMSP e no interior do Estado para todos os níveis de instrução. O movimento foi mais intenso, no entanto, para as pessoas com maior escolaridade. Assim, por exemplo, a taxa de desemprego das pessoas com pelo menos o Ensino Médio completo elevou-se 51% no interior, no período, enquanto a daqueles com Ensino Fundamental incompleto cresceu 27%.

A despeito dessa evolução, os indivíduos que haviam concluído pelo menos 11 anos de estudo ainda apresentavam, em 1998, taxa de desemprego muito inferior à daqueles com menor escolaridade. Além disso, para todos os níveis de instrução, as taxas de desemprego eram menores no interior que na RMSP.

Gráfico 21
Diferenças na Distribuição dos Desempregados, segundo Faixa Etária
Estado de São Paulo
1994-1998



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A participação de pessoas com baixo nível de instrução no contingente em desemprego diminuiu na RMSP e no interior. Na primeira, houve um certo equilíbrio do perfil de escolaridade, pois, em 1998, cerca da metade dos desempregados já havia concluído pelo menos o Ensino Fundamental. No caso do interior, embora 51% dos desempregados tivessem, em 1998, completado no máximo sete anos de estudo, o segmento era bem menor que em 1994 (62%). Nas regiões Central, Oeste e Vale do Paraíba, os desempregados com instrução igual ou superior ao Ensino Fundamental completo já eram, em 1998, maioria no contingente em desemprego.

Tabela 18
Taxa de Desemprego Total, segundo Nível de Instrução
Estado de São Paulo
1998

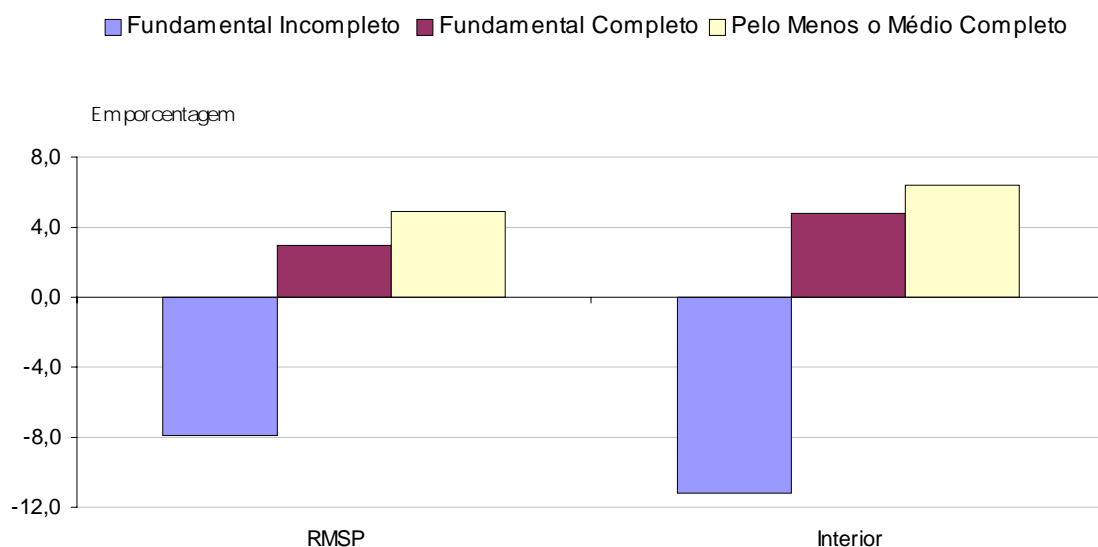
Nível de Instrução	Em porcentagem	
	RMSP	Interior
Fundamental Incompleto (1)	20,8	18,3
Fundamental Completo (2)	23,9	19,6
Pelo Menos Médio Completo	11,7	9,8

Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Incluem analfabetos.

(2) Inclui Ensino Médio incompleto.

Gráfico 22
Diferenças na Distribuição dos Desempregados, segundo Nível de Escolaridade
Estado de São Paulo
1994-1998

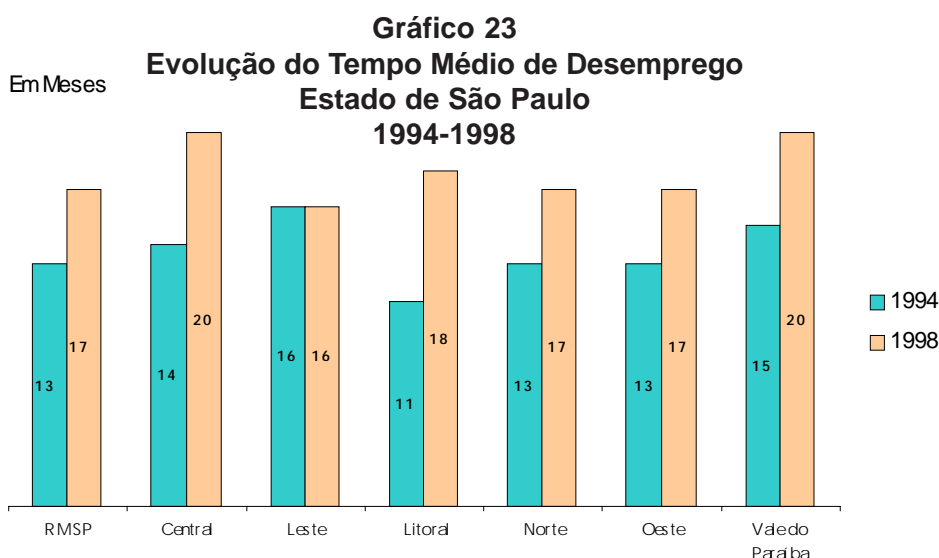


Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Entre 1994 e 1998, devido à expansão das taxas e do contingente em desemprego, ampliou-se o tempo médio de desemprego em praticamente todas as regiões, exceto no Leste, onde o indicador permaneceu estável. O aumento mais expressivo ocorreu no Litoral, onde o tempo médio de desemprego saltou de 11 para 18 meses.

Ainda que a duração do período de desemprego fosse, em geral, muito elevada, existiam diferenças entre as regiões. A maior duração desse período era observada na Região Central e no Vale do Paraíba, onde em 1998 o desempregado permanecia nessa situação por 20 meses. A menor extensão do tempo de desemprego foi registrada no Leste, equivalendo a 16 meses.

Em todo o Estado, o tempo médio de desemprego ultrapassava, e muito, a duração do seguro-desemprego, amplificando os efeitos negativos da exclusão ocupacional sobre as condições de vida dos indivíduos e famílias.



Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

O Mercado de Trabalho na Região do ABC¹³

No biênio 1997-98, a Região do ABC reunia cerca de 14% da população de 10 anos e mais residente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Quase 60% dessas pessoas participavam do mercado de trabalho na condição de ocupadas ou desempregadas, ou seja, formavam a chamada População Economicamente Ativa (PEA).

Reproduzindo comportamento observado em outras regiões do Estado, na Região do ABC a entrada de pessoas no mercado de trabalho superou a capacidade de geração de novas ocupações; em consequência, houve aumento do desemprego.

Entre 1988-89 e 1997-98, a taxa de crescimento da PEA foi quase duas vezes maior que a registrada para o nível de ocupação. Isto significa que, no período, a cada duas pessoas que ingressaram no mercado de trabalho apenas uma obteve êxito em sua procura por ocupação. Como resultado, ampliou-se expressivamente o contingente de desempregados (140%) no período analisado.

Tabela 19
Estimativas da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupada e Desempregada
Região do ABC (1)
1988/89-1997/98

Estimativas Populacionais	1988 (2)-89	1997-98	Variação (1998-97/1989-88)	
			Absoluta (em 1.000 pessoas)	Relativa (em %)
Total	1.924	2.262	338	17,6
População em Idade Ativa	1.508	1.891	383	25,4
População Economicamente Ativa	894	1.131	237	26,5
Ocupados	807	923	116	14,4
Desempregados	87	208	121	139,1
Inativos	614	760	146	23,8

Fonte: SEP – Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(2) Dados a partir de fevereiro de 1988.

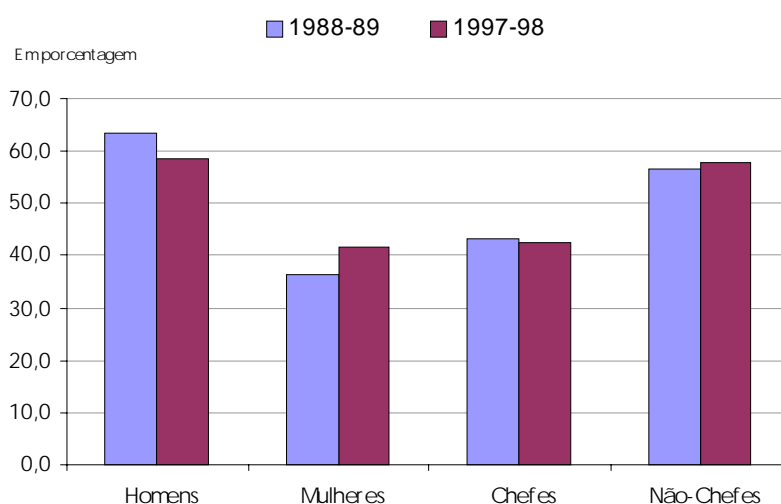
A análise do perfil da População Economicamente Ativa (PEA) da Região do ABC mostra que a participação das mulheres no mercado de trabalho local cresceu em relação ao final dos anos 80. A ampliação das oportunidades de trabalho no setor terciário e o aumento do desemprego entre os chefes de domicílio podem ter contribuído nesse movimento. O raciocínio parece reforçado pelo crescimento da proporção de cônjuges na PEA, que foi contrabalançado, em parte, por ligeiro declínio da parcela composta pelos chefes de domicílio.

13. Ao contrário dos demais capítulos, a referência temporal para análise da Região do ABC é o último biênio da década de 80 e o biênio 1997-98. Isto se justifica pela tentativa de captar os efeitos das alterações na estrutura industrial da região sobre o mercado de trabalho, cuja parte substancial ocorreu antes de 1994.

Segundo faixa etária, nota-se o declínio da parcela de pessoas na PEA com idade até 24 anos, movimento que teve como contrapartida o aumento da proporção daqueles com idade igual ou superior a 40 anos. O percentual da PEA entre 25 e 39 anos manteve-se praticamente estabilizado.

Entre 1988-89 e 1997-98, registrou-se o declínio da proporção de pessoas que não haviam concluído o Ensino Fundamental e o crescimento dos que tinham maior grau de escolaridade, em especial da parcela de pessoas com Ensino Médio completo.

Gráfico 24
Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo Atributos Pessoais
Região do ABC (1)
1988/8-1997/98



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Entre 1988-89 e 1997-98, foram criados 116.000 postos de trabalho na Região do ABC, principalmente no setor Serviços e, em menor medida, no Comércio e em Serviços Domésticos.

A Indústria, a exemplo de outras regiões, eliminou postos de trabalho nos anos 90. O comportamento é explicado pelos investimentos poupadores de mão-de-obra e por novas formas de organização da produção, e também pelo declínio do nível de atividade no período.

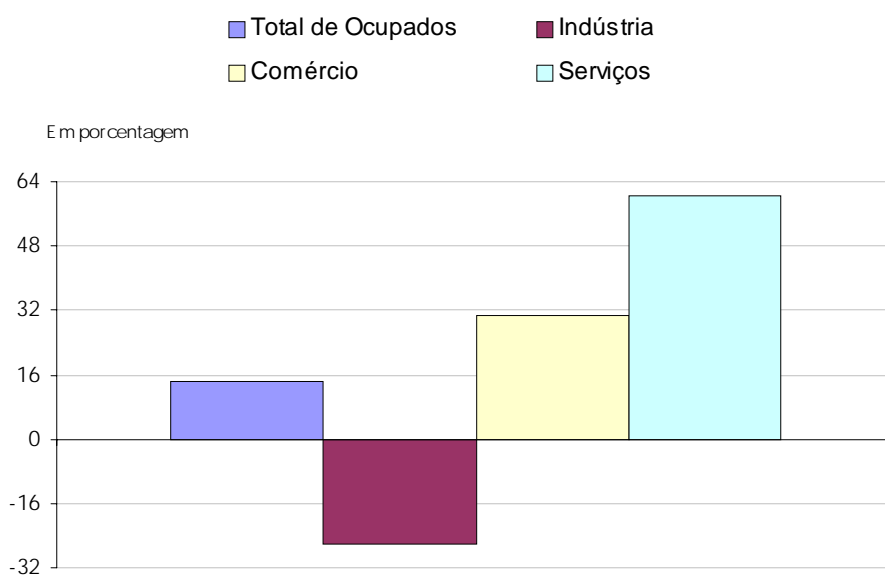
À exceção do ramo Gráfica e Papel, os demais apresentaram desempenho desfavorável nos anos 90. Destacam-se a Metal-mecânica e a Química e Borracha, segmentos que reúnem parcela expressiva da ocupação industrial da região, que eliminaram quase um terço dos empregos que disponibilizavam no final dos anos 80.

No setor Serviços, ainda que os ramos ligados ao atendimento de atividades produtivas tenham apresentado comportamento positivo no período (crescimento de quase 60% entre 1988-89 e 1997-98), a maior parte dos postos de trabalho foi criada em segmentos voltados ao consu-

mo de indivíduos e famílias ou à prestação de serviços sociais (administração pública direta e indireta, saúde, educação, etc.).

É importante ressaltar que os Serviços Domésticos foram responsáveis pela criação de 23.000 postos de trabalho na região.

Gráfico 25
Variação do Nível de Ocupação, segundo Setores da Atividade Econômica
Região do ABC (1)
1988/89-1997/98



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

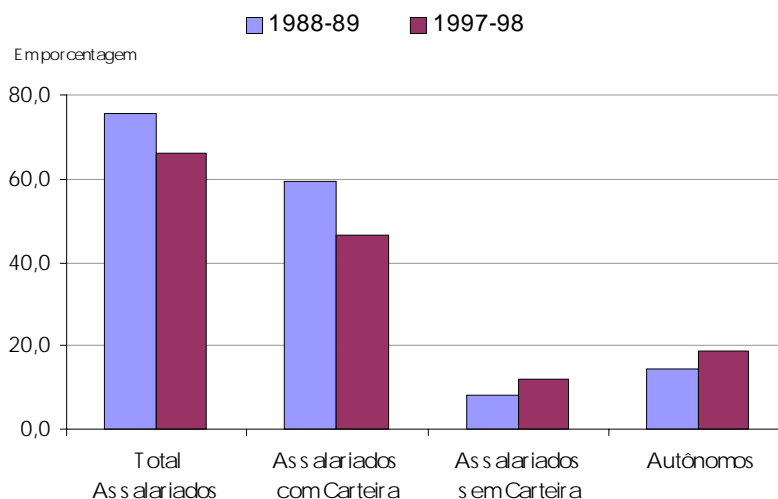
(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

O nível de ocupação na Região do ABC expandiu-se basicamente à custa do assalariamento sem carteira de trabalho e do trabalho autônomo. Entre 1988-89 e 1997-98, o contingente total de assalariados da região manteve-se estabilizado. Entretanto, o movimento encobre o declínio do emprego com carteira assinada, contrabalançado pelo aumento do número de empregados que trabalham sem o referido registro. O emprego público apresentou desempenho positivo no período.

Entre os trabalhadores autônomos, houve crescimento importante dos dois grupos que formam esse contingente: os que exercem suas atividades diretamente para o público e os que trabalham para empresas. Quanto ao último, em muitos casos as pessoas trabalham para uma única empresa, o que aproxima esse tipo de vínculo ao dos assalariados sem carteira.

A participação dos empresários no total dos ocupados apresentou crescimento relevante no período analisado. Embora o grupo reúna proprietários de negócios com tamanhos diferenciados, parcela importante dessa expansão está relacionada a pequenos empreendimentos, muitos dos quais oriundos de processos de terceirização e, portanto, com elevado grau de dependência em relação ao desempenho produtivo das empresas de maior porte.

Gráfico 26
Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região do ABC (1)
1988/89-1997/98

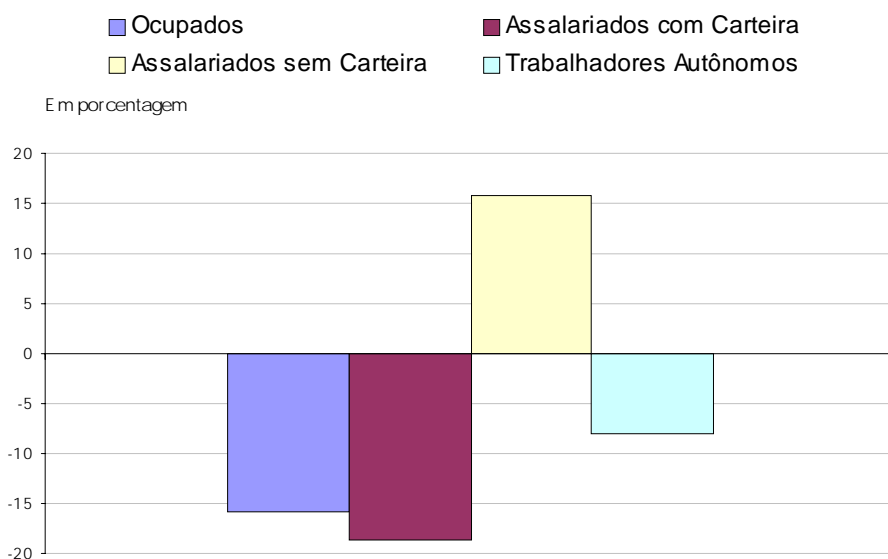


Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

A deterioração das formas de inserção e o aumento do desemprego tiveram reflexos negativos sobre a remuneração dos residentes na Região do ABC. À exceção dos assalariados sem carteira de trabalho e dos empregados domésticos, os demais ocupados registraram decréscimo em seus rendimentos médios entre o final dos anos 80 e 90.

Gráfico 27
Variação do Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região do ABC (1)
1988/89-1997/98



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

As maiores reduções no rendimento médio foram registradas entre os assalariados com carteira de trabalho. Ainda que em menor intensidade, movimento semelhante foi observado entre os que atuavam no Setor Público.

Mesmo entre trabalhadores autônomos, cujo nível de ocupação cresceu no período, houve declínio da remuneração média. O movimento alcançou não só aqueles que trabalhavam para empresas, mas também os que trabalhavam para o público. Neste caso, o declínio dos rendimentos está possivelmente associado à redução da massa de rendimentos disponível para o consumo.

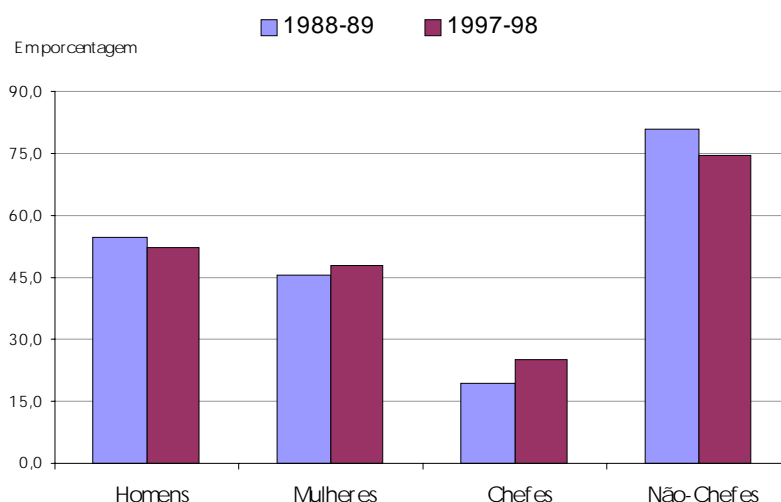
Segundo setor de atividade, a Indústria registrou decréscimo mais acentuado do rendimento médio real em comparação aos demais setores. Apenas o rendimento dos empregados domésticos cresceu no período.

No biênio 1997-98, o contingente de desempregados na Região do ABC foi estimado em 208.000 pessoas e as ocupações geradas nos anos 90 foram incapazes de absorver o aumento da demanda por trabalho.

Como decorrência, a taxa média de desemprego da Região do ABC no biênio 1997-98 (18,4%) foi praticamente o dobro daquela registrada entre 1988-89 (9,7%). A dificuldade na obtenção de nova ocupação pode ser observada pelo aumento do tempo despendido na procura de trabalho, que passou de 18 para 35 semanas entre o finais dos anos 80 e 90.

O crescimento do desemprego atingiu mais intensamente as mulheres, pessoas com 40 anos e mais e os chefes de domicílio.

Gráfico 28
Distribuição dos Desempregados, segundo Atributos Pessoais
Região do ABC (1)
1988/89-1997/98



Fonte: SEP – Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Evolução do Emprego Formal no Estado de São Paulo

Como no país, traço marcante do mercado de trabalho paulista é o fato de o chamado mercado formal de trabalho – no qual as relações de contratação ocorrem segundo a legislação trabalhista – não abarcar a totalidade da população ocupada. No caso de São Paulo, o conjunto de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada corresponde a cerca de 43% do total dos ocupados.

Há alguns determinantes para a importância deste segmento de trabalhadores. São os ocupados que, em princípio, teriam acesso a todos os direitos trabalhistas, o que caracterizaria sua forma de inserção como qualitativamente mais favorável. A evolução do nível de emprego do segmento tende a refletir o dinamismo da criação de postos de trabalho pelas empresas mais organizadas e, indiretamente, da conjuntura produtiva. Além disso, no período atual, o distanciamento entre os indicadores de atividade produtiva e os de emprego formal tem sido usado como base para discussão sobre os efeitos da reorganização produtiva no emprego e a suposta inadequação da legislação trabalhista ao novo perfil de produção.

Entre dezembro de 1994 e dezembro de 1998, o nível de emprego formal no Estado de São Paulo diminuiu 2,1%, devido à eliminação de 140 mil empregos. O resultado foi produzido por um comportamento bastante diferenciado por Região de Governo.

Na maioria das regiões (28), ampliou-se o emprego formal. No entanto, o volume de postos gerados foi insuficiente para contrabalançar o desempenho negativo nas demais regiões. Entre estas destaca-se a RMSP, onde foram eliminados 160 mil postos assalariados no período.

Por setor de atividade, também a evolução do emprego formal se mostrou diferenciada. A Indústria diminuiu em 446 mil postos no conjunto do Estado de São Paulo, entre 1994 e 1998. A tendência, para a maioria das Regiões de Governo, também foi de redução do nível de emprego. Em 30 delas, o contingente de empregados industriais era, ao final de 1998, inferior ao existente em 1994. Nas poucas regiões em que ocorreu ampliação do emprego industrial, foram gerados, nos quatro anos, cerca de 7.000 postos, volume irrisório quando em contraste, por exemplo, com o número de empregos assalariados eliminados na indústria da RMSP no período (317 mil).

O desempenho do nível de emprego formal no Comércio foi praticamente oposto ao da Indústria. Exceto nas regiões de Barretos e Ourinhos, as empresas comerciais expandiram seu emprego formal. Em decorrência, entre dezembro de 1994 e dezembro de 1998, foram criados 150 mil empregos assalariados com carteira assinada no Comércio no Estado de São Paulo.

No período em análise, os Serviços geraram 367 mil empregos formais no Estado de São Paulo. Em nove Regiões de Governo o segmento produtivo apresentou evolução distinta da tendência geral e eliminou postos de trabalho. No entanto, esse comportamento foi contrabalançado pela sua ampliação nas demais regiões, destacando-se, pelo volume de postos de trabalho gerados no período, a RMSP (209 mil) e as regiões de Campinas (47 mil), Santos (16 mil), Ribeirão Preto (12 mil), São José dos Campos (12 mil) e Piracicaba (11 mil).

Quanto à Construção Civil, o saldo do período 1994-98 foi negativo para o conjunto do Estado de São Paulo, pois foram eliminados 15 mil postos. Ainda neste setor, embora as regiões em que ocorreu redução do emprego sejam em menor número (18), seu peso para o desempenho

global foi mais expressivo, em especial por incluírem aquelas cujo mercado de trabalho é maior, como a RMSP, Campinas e Ribeirão Preto, por exemplo.

Além de determinada pela retração do emprego industrial, a evolução adversa do nível de emprego formal no Estado de São Paulo no período 1994-98 afetou de forma muito distinta os vários segmentos de trabalhadores.

Para as mulheres, por exemplo, cresceram as oportunidades de emprego no setor formal: no período, foram gerados 75 mil postos de trabalho ocupados por mulheres. Para os homens, ao contrário, o emprego formal no Estado de São Paulo decresceu, com a eliminação de 214 mil postos.

Por Regiões de Governo, as diferenças são ainda maiores. Na metade delas, houve retração do emprego formal masculino, destacando-se, pelo volume de postos eliminados, a RMSP (171 mil), Araraquara (15 mil), Ribeirão Preto (14 mil), Barretos (12 mil) e Limeira (12 mil). Quanto ao emprego formal feminino, expandiu-se na maioria das regiões, inclusive na RMSP, onde a tendência, para a maior parte dos segmentos produtivos e populacionais, foi de retração.

Por faixa etária, o contingente ocupado no setor formal aumentou apenas para os adolescentes de 15 a 17 anos (7 mil) e os jovens de 18 a 24 anos (82 mil). Para este segmento, o quadro se reproduz por Regiões de Governo, pois na maioria delas (30) aumentou o contingente desta faixa etária com emprego formal.

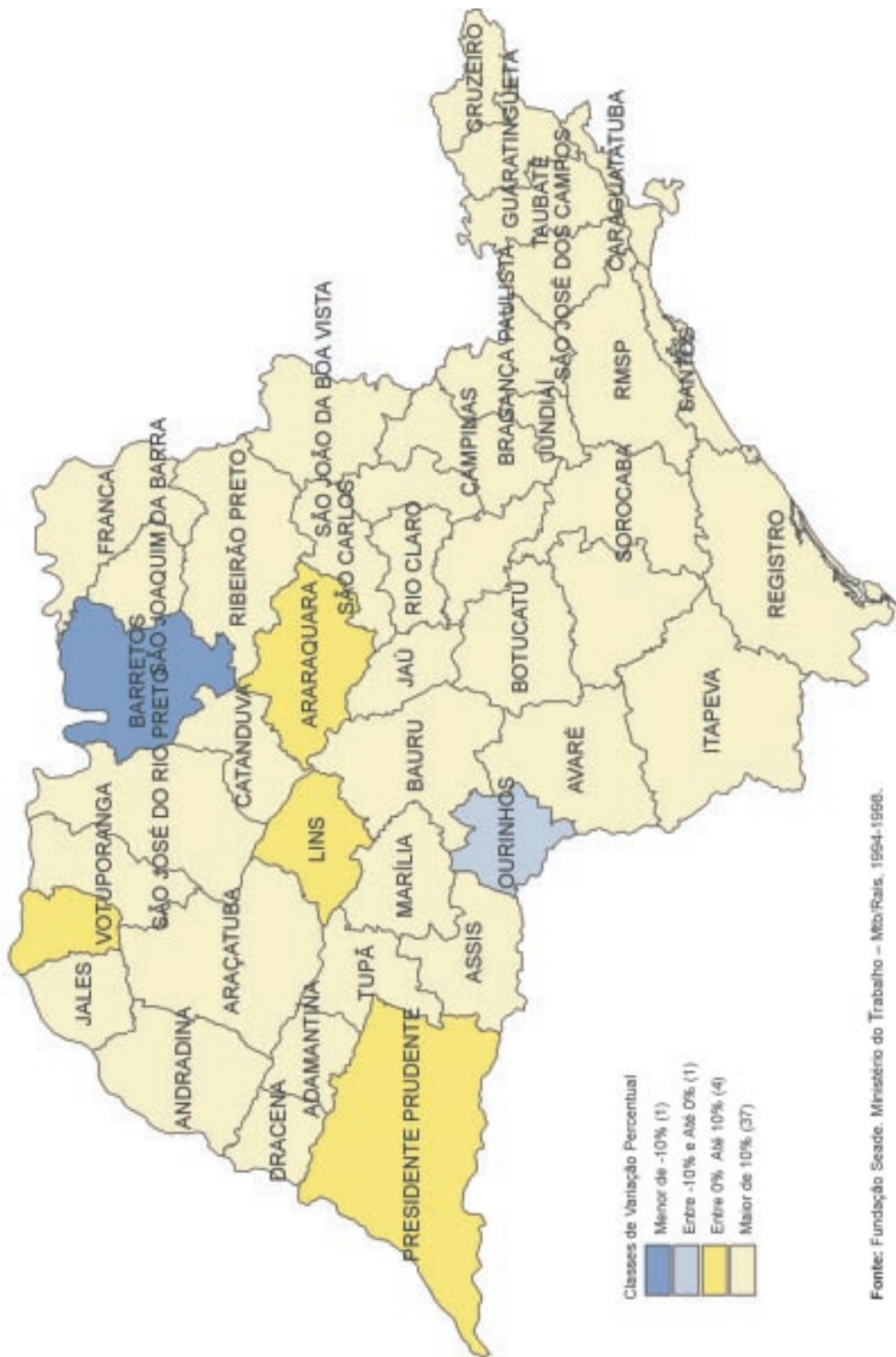
No caso da população adulta, a evolução do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada no Estado foi bastante adversa, pois houve retração para todos os segmentos com 25 anos e mais. Na metade das regiões ocorreu idêntica evolução, destacando-se a RMSP, Araraquara, Limeira e Barretos.

A retração do emprego formal no Estado de São Paulo atingiu basicamente trabalhadores com baixo nível de instrução. Entre 1994 e 1998, foram eliminados 651 mil postos assalariados com carteira assinada ocupados por pessoas com Ensino Fundamental incompleto. Para aqueles que haviam concluído pelo menos este grau de escolaridade, o emprego formal aumentou em 512 mil postos.

Somente em dez regiões houve ampliação do número de pessoas com Ensino Fundamental incompleto trabalhando no setor formal. Situação oposta ocorreu para as pessoas com pelo menos Ensino Médio completo: em todo o Estado aumentou o número de pessoas com este nível de instrução empregadas como assalariadas com carteira assinada.

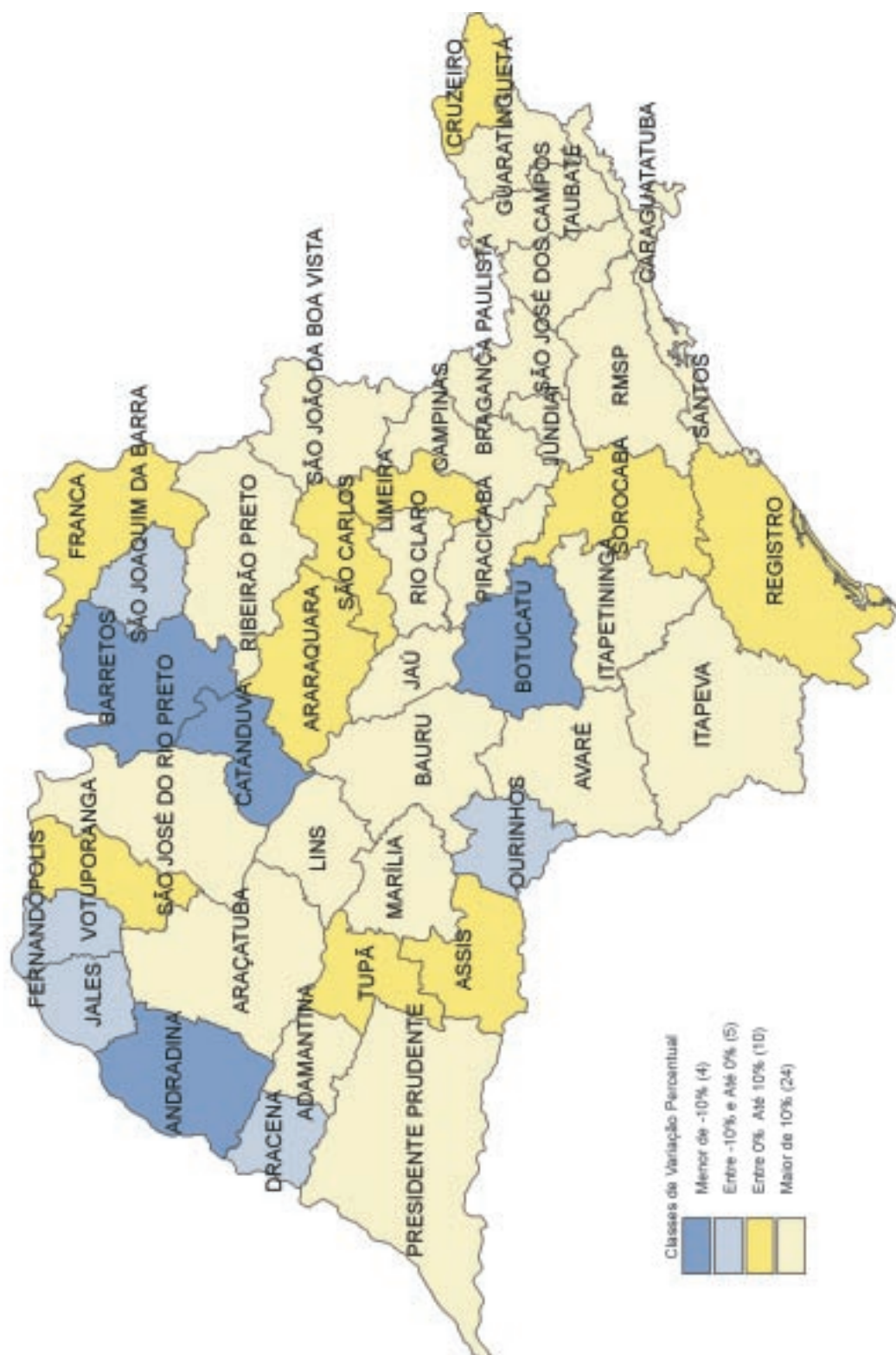
Em suma, no período 1994-98, a diminuição do assalariamento com carteira de trabalho assinada no Estado de São Paulo é resultado de movimentos específicos: retração do emprego na Indústria para os homens, a população adulta e as pessoas de baixa escolaridade. Somadas, essas tendências reforçam a relevância de políticas de emprego que permitam requalificar e garantir a reinserção desses segmentos.

Mapa 2
Variação do Emprego Formal no Setor de Comércio,
segundo Regiões de Governo
1994-1998



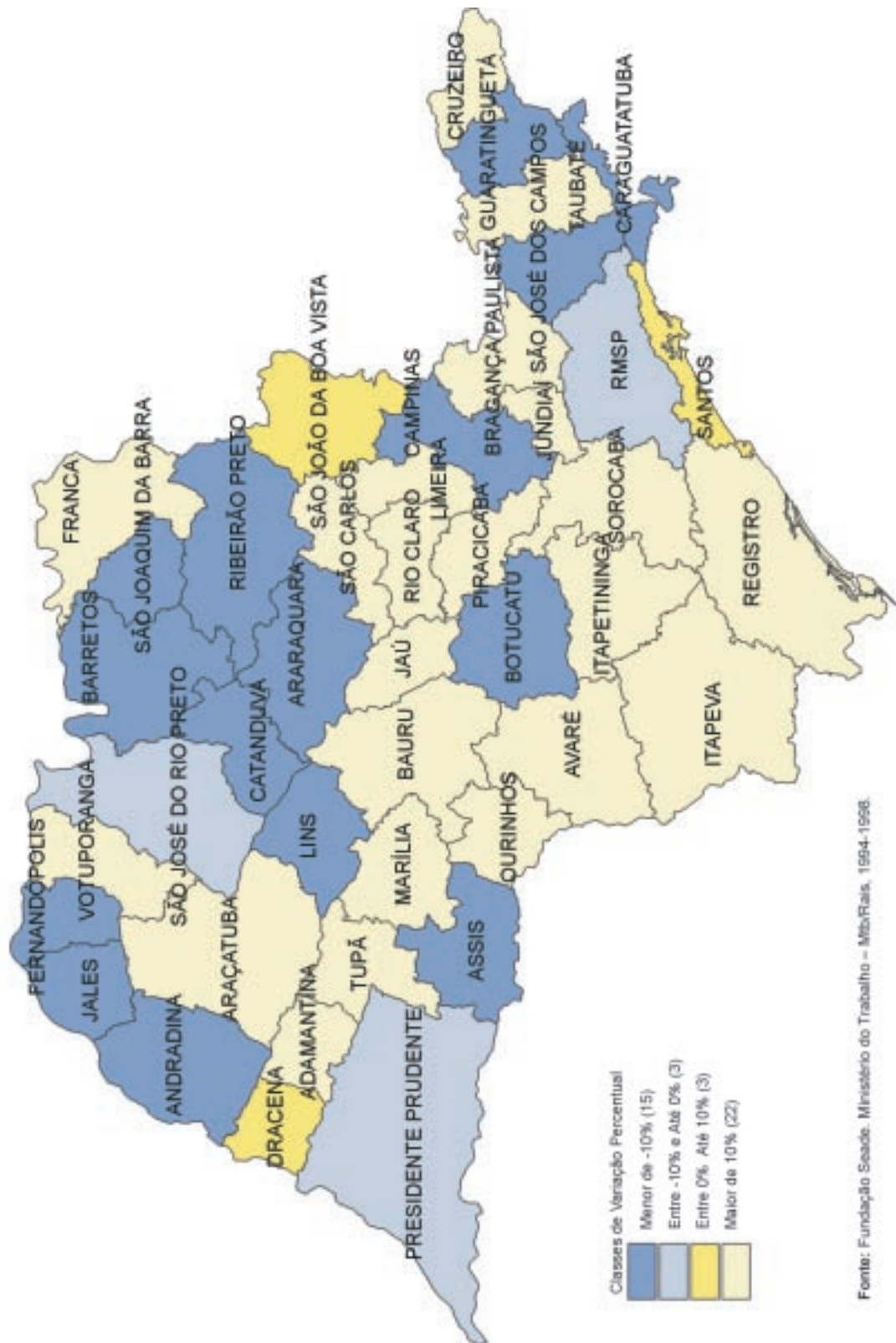
Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho - Mtb/Pais, 1994-1998.

Mapa 3
Variação do Emprego Formal no Setor de Serviços,
segundo Regiões de Governo
1994-1998



Fonte: Fundação Seade, Ministério do Trabalho - Mtb/Rais, 1994-1998.

Mapa 4
 Variação do Emprego Formal no Setor de Construção Civil,
 segundo Regiões de Governo
 1994-1998



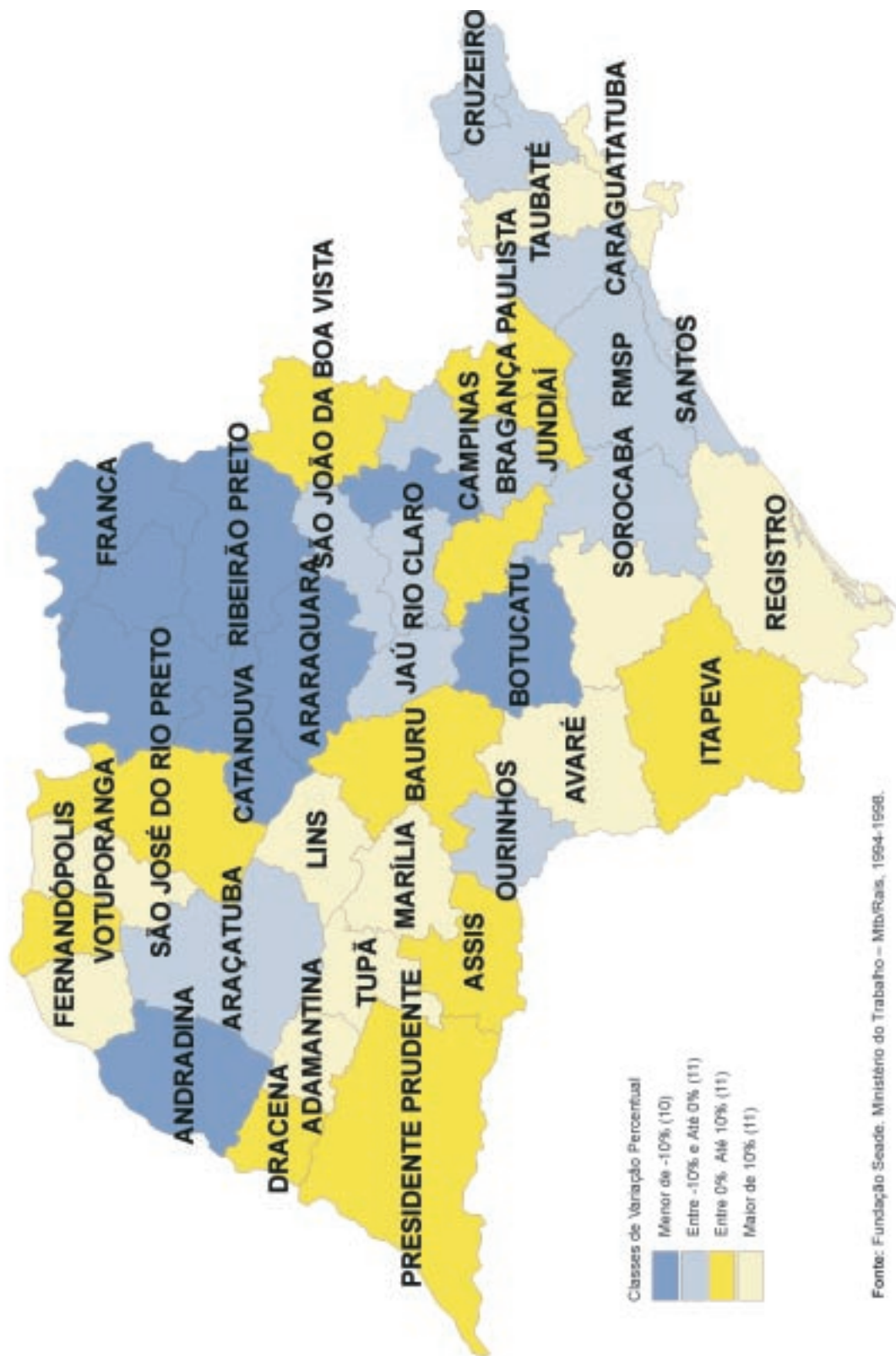
Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho - Mtb/Flais, 1994-1998.

Tabela 20
Estimativas do Número de Empregos Celetistas, segundo Regiões de Governo
Estado de São Paulo
1994-1998

Regiões de Governo	Contingentes de Celetistas		Variação 1994-98	
	1994	1998	Percentual	N ^{os} Absolutos
Estado de São Paulo	6.542.258	6.402.017	-2,1	-140.241
Adamantina	12.851	17.247	34,2	4.396
Andradina	17.543	15.950	-9,1	-1.593
Araçatuba	69.359	69.701	0,5	342
Araraquara	95.928	76.540	-20,2	-19.388
Assis	24.004	26.213	9,2	2.209
Avaré	24.759	28.463	15,0	3.704
Bragança Paulista	68.006	73.836	8,6	5.830
Barretos	54.076	38.871	-28,1	-15.205
Bauru	90.271	99.372	10,1	9.101
Botucatu	38.347	34.636	-9,7	-3.711
Campinas	448.161	456.802	1,9	8.641
Caraguatatuba	15.276	18.857	23,4	3.581
Catanduva	32.279	24.245	-24,9	-8.034
Cruzeiro	12.267	12.428	1,3	161
Dracena	9.368	10.295	9,9	927
Fernandópolis	8.189	8.742	6,8	553
Franca	72.121	62.284	-13,6	-9.837
Guaratinguetá	32.696	33.740	3,2	1.044
Itapetininga	45.590	52.157	14,4	6.567
Itapeva	25.052	26.742	6,7	1.690
Jales	8.082	9.935	22,9	1.853
Jaú	47.522	47.149	-0,8	-373
Jundiaí	131.236	135.942	3,6	4.706
Limeira	98.538	86.060	-12,7	-12.478
Lins	19.959	23.107	15,8	3.148
Marília	42.037	50.198	19,4	8.161
Ourinhos	26.376	25.145	-4,7	-1.231
Piracicaba	78.237	86.485	10,5	8.248
Presidente Prudente	62.371	64.552	3,5	2.181
Registro	17.548	20.661	17,7	3.113
Ribeirão Preto	184.603	177.230	-4,0	-7.373
Rio Claro	43.297	40.677	-6,1	-2.620
São João da Boa Vista	61.931	64.035	3,4	2.104
São Joaquim da Barra	18.582	14.917	-19,7	-3.665
São José dos Campos	124.062	130.414	5,1	6.352
Santos	194.102	200.668	3,4	6.566
São Carlos	61.213	56.876	-7,1	-4.337
São Paulo	3.746.562	3.587.005	-4,3	-159.557
São José do Rio Preto	86.702	91.059	5,0	4.357
Sorocaba	202.246	197.598	-2,3	-4.648
Taubaté	59.467	68.012	14,4	8.545
Tupã	18.514	21.148	14,2	2.634
Votuporanga	11.280	15.726	39,4	4.446

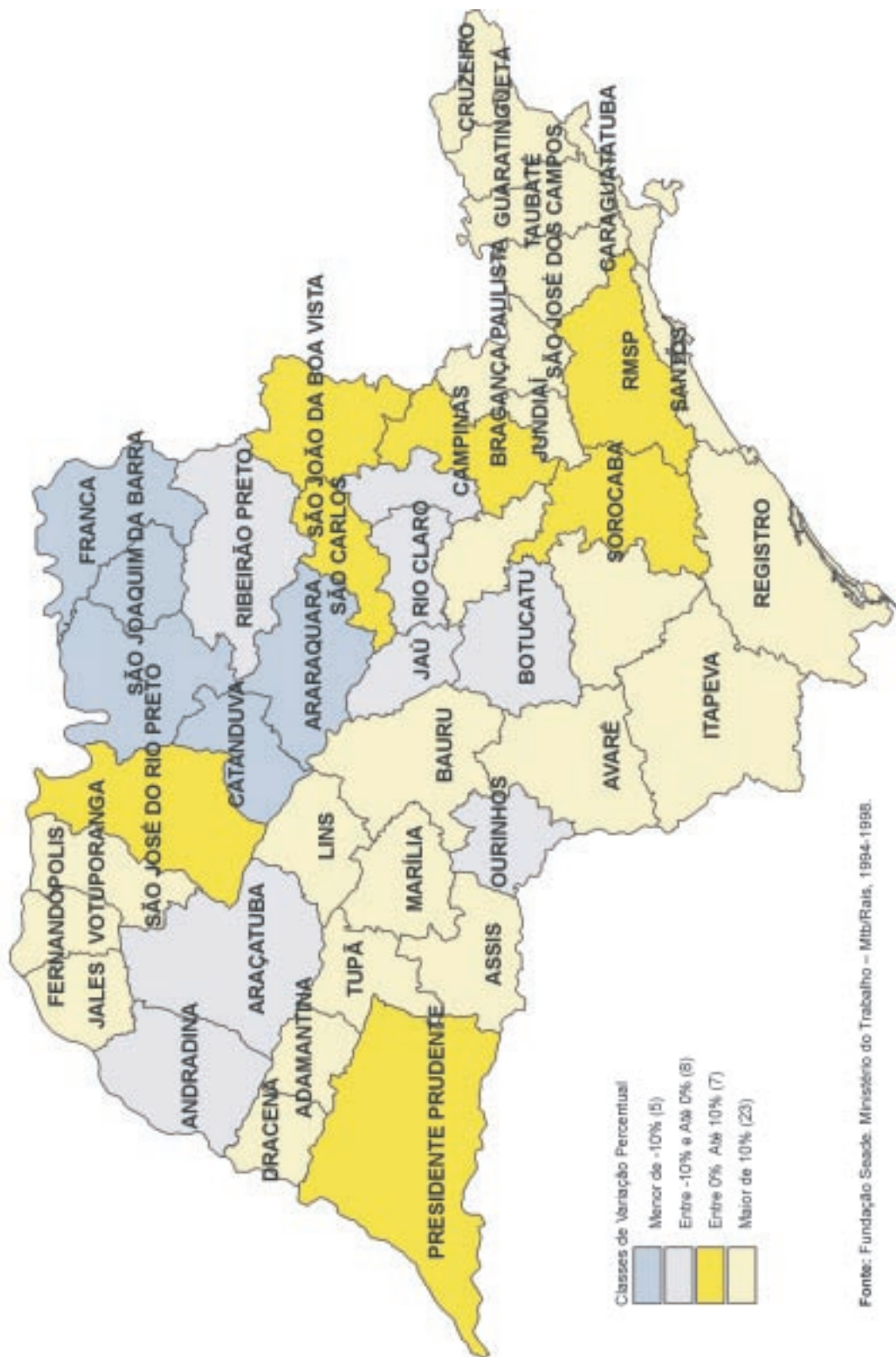
Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Caged, Rais.

Mapa 5
 Variação do Emprego Formal na População Masculina,
 segundo Regiões de Governo
 1994-1998



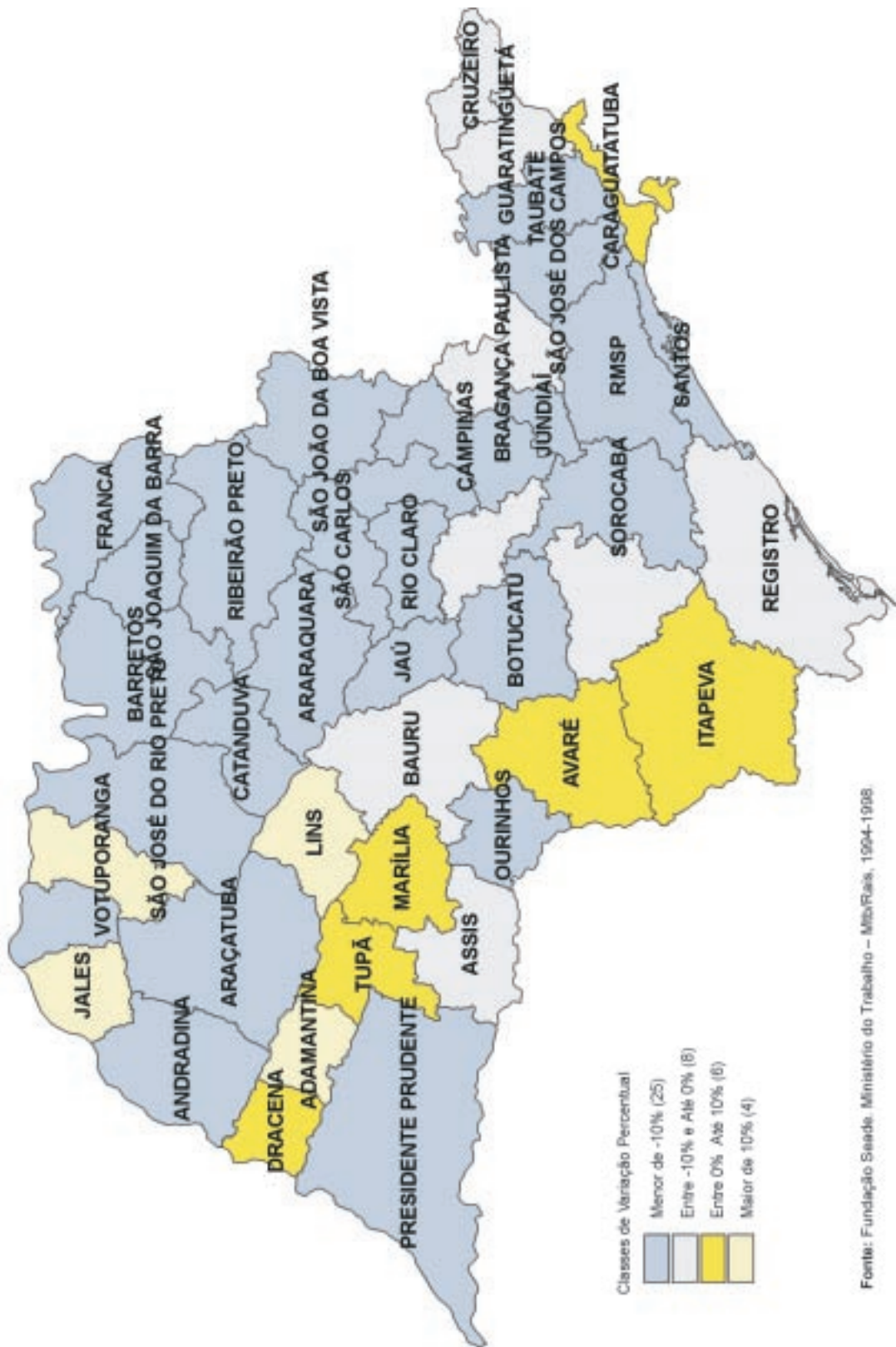
Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho – Mtb/Rais, 1994-1998.

Mapa 6
Variação do Emprego Formal dos Jovens de 18 a 24 Anos,
segundo Regiões de Governo
1994-1998



Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho - Mtb/Rais, 1994-1998.

Mapa 7
Varição do Emprego Formal, por Nível de Ensino Incompleto,
segundo Regiões de Governo
1994-1998



Fonte: Fundação Seade. Ministério do Trabalho - Mta/Reis, 1994-1998.